



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Covid-19: uma crise pandémica e social

Ana Patrícia Cardoso Branquinho dos Santos

Mestrado em Economia Social e Solidária

Orientador(a):

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado do Departamento de Economia Política,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021



CIÊNCIAS SOCIAIS
E HUMANAS

Departamento(s)

Covid-19: uma crise pandémica e social

Ana Patrícia Cardoso Branquinho dos Santos

Mestrado em Economia Social e Solidária

Orientador(a):

Doutor Rogério Roque Amaro, Professor Associado do Departamento de Economia Política,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2021

Agradecimentos

Esta etapa da minha formação ter-se-ia, certamente, tornado mais difícil sem alguns apoios que fui recebendo e que não posso deixar de agradecer.

Começando por agradecer à minha família pelo apoio que me foi chegando de diversas formas, para que este desafio fosse concluído com sucesso, assim como a todos os meus amigos que me foram incentivando a redigir esta dissertação. Sem estes apoios desistir seria uma decisão muito fácil.

A todos os docentes do mestrado de Economia Social e Solidária por despertarem o interesse destas áreas nas suas aulas e o apoio incondicional. Sem esquecer a professora Guya Accornero da UC de movimentos sociais e cidadania do mestrado de História Moderna e Contemporânea e a professora Rosário Mauritti da UC desigualdades sociais e contemporâneas do mestrado de Serviço Social, disciplinas que tive a oportunidade de frequentar e me deram outras perspetivas interessantes da área social, fundamentais para o tema da dissertação.

Um agradecimento também ao professor coordenado do mestrado e meu orientador Rogério Roque Amaro pelas orientações que fornecendo durante os últimos meses.

E por último, mas não menos importante, fica um obrigada à equipa do centro de atendimento da UMAR no Monte da Caparica por me terem recebido e contribuído para o último ponto que dá conta do caso prático aplicado a esta associação.

Resumo

A finalidade desta dissertação é apresentar uma análise genérica do agravamento do contexto socioeconómico português, face à inesperada e repentina pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2. Procurou-se fazer um levantamento das alterações que esta provocou na economia nacional e familiar, e em áreas como a cultura, educação, saúde, dinâmica e gestão familiar, entre outras, provocadas pelos fatores biológicos do vírus e pelas restrições impostas, com vista ao abrandamento da propagação.

Também as diversas práticas de aspeto social e solidário levadas a cabo pelas instituições e sociedade civil para colmatar o agravamento das situações socioeconómicas de quem se encontrava em posições vulneráveis foram objeto de pesquisa.

Para uma análise eficaz, à luz da economia social e da economia solidária, foi necessário recorrer a uma contextualização histórica e conceptual destas duas formas de economia.

Após a análise elaborada com base no levantamento de informações disponíveis à data sobre o tema, são apresentadas algumas considerações, bem como desafios que podemos esperar num futuro próximo, na perspetiva da versão francófona do conceito de economia solidária.

O último ponto dá-nos conta da aplicação de um caso prático, sobre a instituição UMAR, com o objetivo de perceber a evolução do agravamento das dificuldades do público com o qual trabalham e as possíveis respostas sociais, bem como os contributos e apoios recebidos.

Palavras-chave: Economia social, economia solidária, crise pandémica, crise social

Abstract

The purpose of this dissertation is to present a generic analysis of the worsening of the Portuguese socioeconomic context, given the unexpected and sudden pandemic caused by the SARS-CoV-2 virus. An attempt was made to survey the changes it caused in the national and family economy, and in areas such as culture, education, health, dynamics and family management, among others, caused by the biological factors of the virus and the restrictions imposed, with a view to slowing down of the spread.

The various social and solidarity-based practices carried out by institutions and civil society to address the worsening socio-economic situations of those in vulnerable positions were also the object of research.

For an effective analysis, in the light of the social economy and the solidarity economy, it was necessary to resort to a historical and conceptual context of these two forms of economy.

After the analysis based on the survey of information available to date on the subject, some considerations are presented, as well as challenges that we can expect in the near future, from the perspective of the French-speaking version of the concept of solidarity economy.

The last point gives us an account of the application of a practical case, about the UMAR institution, in order to understand the evolution of the worsening of the difficulties of the public they work with and the possible social responses, as well as the contributions and support received.

Key-words: Social economy, solidarity economy, pandemic crisis, social crisis

Índice Geral

Agradecimentos	i
Resumo.....	iii
Abstract.....	v
Índice Geral.....	vii
Índice de figuras.....	xi
Glossário de siglas	xiii
Introdução	1
I. Economia Social	3
1. Breve história da economia social.....	3
1.1. Elementos antecedentes à economia social	3
1.1.1. O princípio de uma economia popular	4
1.1.2. Contributos da Igreja.....	5
2. Uma era de revoluções.....	7
3. Reações à industrialização	9
4. Conceito de economia social	11
5. Formas Jurídicas da Economia Social	13
5.1. Percurso das mutualidades	13
5.2. Associativismo: a contestação ao capitalismo	14
5.3. Experiências cooperativistas	15
5.4. Fundações.....	16
5.5. Misericórdias	16
6. Economia social na atualidade	17
6.1. Tendências atuais da economia social	18
6.2. Conta satélite da economia social	18
II. Economia Solidária	19
1. História da economia solidária	21
2. Em busca de um conceito.....	23
2.1. Princípios gerais do conceito	23

2.2.	Influência europeia	24
2.3.	Versão latino-americana	25
2.4.	A experiência da Macaronésia.....	25
3.	Caracterização do conceito proposto.....	27
4.	Análise comparativa da economia social e da economia solidária	29
5.	Proposta de articulação dos dois conceitos	31
III.	Quadro genérico da pandemia Covid-19.....	33
1.	Problemáticas da crise pandémica	33
1.2.	Contexto económico e social	35
1.3.	Graus de vulnerabilidade ao vírus	37
1.4.	Apreciação crítica da instabilidade.....	38
2.	Impacto da pandemia no trabalho das instituições sociais.....	47
2.1.	Evolução dos problemas sociais em contexto de pandemia	48
2.2.	Situação crítica dos grupos vulneráveis.....	49
2.3.	Alterações no funcionamento dos serviços.....	51
2.4.	Intervenção dos poderes centrais	53
2.5.	Contacto	54
2.6.	Impacto da pandemia no funcionamento das instituições	54
2.7.	Necessidades imediatas das instituições e beneficiários	56
3.	Iniciativas.....	59
3.1.	Cariz institucional.....	59
3.1.1.	Autarquias.....	59
3.1.2.	Instituições particulares.....	61
3.1.3.	Organizações da economia social e solidária.....	62
3.2.	Da sociedade civil.....	64
3.2.1.	Pessoas em nome individual e coletivo.....	64
4.	Reflexões e consolidação com os conceitos teóricos.....	65
5.	Desafios para o futuro pós-pandemia	69
IV.	Caso Prático - UMAR.....	75

Conclusão	79
Fontes	83
Referências bibliográficas	85
Anexos	87

Índice de figuras

Ilustração 1 - Percentagem (%) de população envelhecida nos países mais afetados pelas mortes causadas pela pandemia (OCDE - 2021)	87
Ilustração 2 - Percentagem (%) de agregados familiares com acesso a equipamentos informáticos em casa (OCDE)	87
Ilustração 3 - Percentagem (%) de agregados familiares com acesso à internet em casa (PORDATA)	88
Ilustração 4 - Redução da mancha de poluição na China.....	88

Glossário de siglas

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ANPM – Associação Nacional de Municípios Portugueses

AR – Assembleia da República

ASM – Associações de Socorros Mútuos

CASES – Cooperativa António Sérgio para a Economia Solidária

CESE – Comité Económico e Social Europeu

CIDM – Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

DGS – Direção Geral de Saúde

INE – Instituto Nacional de Estatística

EAPN – European Anti Poverty Network

ERPI – Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas

ES – Economia Social

EU – União Europeia

OBESP – Observatório da Economia Social em Portugal

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

RSI – Rendimento Social de Inserção

SNS – Sistema Nacional de Saúde

VAB – Valor Acrescentado Bruto

Introdução

Logo que a chegada da pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 alterou o contexto socioeconómico de forma repentina, tive curiosidade de investigar as proporções que esta tomou e as formas de manifestação da economia social e da economia solidária que foram brotando da sociedade civil. A ideia principal era analisar o impacto da pandemia na sociedade em geral, e particularmente perceber em que medida se agravaram as dificuldades das famílias e indivíduos, mas logo em seguida, se tornou motivo de análise para a presente dissertação.

Na verdade o ponto de partida prendia-se não a uma mas a várias questões como: de que forma os indivíduos e famílias estão a conseguir manter as suas rotinas e vida social com todas as restrições impostas? Como é que os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica vão continuar a receber ajuda com as instituições a fechar? Da parte dos poderes centrais e das instituições como é que estas se vão organizar para dar uma resposta aos portugueses?

Todas as crises que temos vivenciado despertaram iniciativas da economia solidária que procuram transformar a economia e as relações sociais. Sendo esta uma crise provocada por um vírus altamente transmissível, coloco mais uma questão: ficaram as práticas de economia social e solidária à margem, em prol da proteção individual? Os nossos comportamentos, prioridades, pensamentos e modo de estar e agir foram profundamente alterados por esta pandemia e pode resultar em dois cenários distintos: o caminho da partilha, igualdade e solidariedade e por oposição o caminho do egoísmo e individualismo.

Antes de avançar para a resposta a estas questões a parte I da presente investigação discute abreviadamente o conceito de economia social, com base no seu percurso histórico, identificando as suas características e princípios.

Numa perspetiva mais contemporânea, a parte II inclina-se sobre a economia solidária. À semelhança do ponto anterior apresenta a história desta economia com as diversas influências para a definição do seu conceito, sendo a versão francófona a que melhor se adequa para aplicar na análise das partes III e IIII, à luz das exigências e da realidade atual.

Esta apresentação das duas formas de economia termina com uma análise comparativa entre ambas e uma proposta de articulação dos seus conceitos que dão origem à economia social e solidária. Um tema recentemente presente no meio académico e da literatura, assim como em muitos debates, congressos, feiras, seminários, entre outros eventos, possui validação jurídica há já algum tempo e a sua génese, na prática social, pode ser datada no

tempo das primeiras civilizações. As influências messiânicas da época que acompanharam toda a evolução histórica da Igreja atribuem a esta uma grande parte das práticas de origem social e solidária que fomos vivenciando ao longo dos tempos.

A visão de uma economia que não gera lucro, não é fácil de aceitar, sobretudo nas sociedades capitalistas que veem a “sede” de acumular como o objetivo primeiro das práticas económicas. É esta perspetiva que a economia social e solidária procura contrariar através do despertar para a urgência de uma mudança nas relações económicas e sociais.

Após esta introdução teórica dos conceitos, a parte III dá-nos conta da problemática que a crise pandémica provocou no contexto socioeconómico, e das iniciativas de cariz institucional e da sociedade civil que se geraram por forma a atenuar o impacto junto dos indivíduos, famílias e instituições. Esta parte termina com um capítulo que reúne um conjunto de considerações finais que dão resposta a algumas das perguntas de partida, e a proposta de alguns desafios que podemos esperar num futuro próximo, com base na versão francófona do conceito de economia solidária, e considerando as alterações sociais que a pandemia veio despertar.

A parte IIII, e última, apresenta o caso prático e real da instituição UMAR. Em colaboração direta com a instituição foi possível fazer um levantamento das necessidades correntes das mulheres que a instituição acompanha, e sobretudo como estas se alteraram, as dificuldades que sentiram, como conseguiram superá-las e as alterações nas respostas sociais.

I. Economia Social

Por forma a contextualizar a economia social, este primeiro capítulo aborda 6 pontos. No primeiro são apresentadas as circunstâncias em que esta se desenvolveu. Começando por uma abordagem às práticas antecedentes com base de economia popular e os contributos da igreja. Nos pontos seguintes é sucintamente evidenciado o maior acontecimento histórico que deu oportunidade ao surgimento dos diversos modos de manifestação da economia social, no século XIX: a revolução industrial e as suas reações.

Após este enquadramento histórico, no quarto ponto é apresentado o conceito de economia social, bem como os princípios que a compõem, seguindo-se, no quinto ponto, as suas formas jurídicas hoje conhecidas, como resultado das experiências ocorridas.

O capítulo culmina com uma análise ao quadro atual da economia social, no sexto ponto, nomeadamente a conta satélite que permite realizar uma avaliação exaustiva do impacto deste sector na sociedade e na economia nacional.

1. Breve história da economia social

Podemos apontar vários momentos históricos cruciais ao nascimento ou ressurgimento de práticas da economia social nos diferentes continentes, mais ou menos influenciados pelos movimentos políticos ou entidades religiosas. Joaquim Caeiro distingue 5 períodos históricos como influenciadores da evolução da economia social: a revolução francesa, a questão social e o movimento operário, os regimes totalitários e a contestação ao liberalismo, o surgimento do Estado-Providência e a luta pelos direitos sociais e a crise do Estado-providência e redimensionamento da ES. Este trabalho não procura trabalhar de forma exaustiva todos eles, ainda que tenham acontecido de forma encadeada, mas sim o primeiro de todos, que dá conta do momento histórico emergente da economia social: a revolução francesa.

1.1. Elementos antecedentes à economia social

Embora a vertente da ES que conhecemos hoje tenha a sua origem no século XIX, a sua génese encontra-se perto do século XIV nos períodos de colonização em que os escravos encontraram nas organizações de cariz religioso um apoio para que não se perdesse a propriedade das suas culturas. Se quisermos recuar na pré-história podemos encontrar inúmeras associações entre grupos profissionais, religiosos ou artísticos não só na Europa da Idade Média mas também na Antiguidade greco-latina, na China Imperial e na América Pré-Colombiana que pretendiam prestar uma entreatajuda mútua.

1.1.1. O princípio de uma economia popular

Através de pesquisas arqueológicas e estudos antropológicos é possível concluir que as civilizações pré-colombianas foram as primeiras a construir uma complexa hierarquia social, assente em páticas de uma organização comunitária e ausência de apropriação individual de bens. Com a chegada dos europeus e a crescente colonização resultante do desenvolvimento económico e populacional das grandes potências mundiais assistimos à destruição destas civilizações com milhares de africanos a serem “exportados” para o continente americano onde passam por um longo período de escravidão e trabalhos esforçados, como se de mera mercadoria se tratassem. Contudo as culturas enraizadas não podem ser destruídas ou esquecidas no tempo e foram sendo combinadas estas duas culturas contraditórias, com a ajuda de missionários.

É neste contexto, ao longo de dois séculos (do Séc. XVII ao Séc. XVIII) que ocorreu a mais famosa experiência – “República dos Guarini”¹ – uma sociedade formada por grupos de produção hortícola que construíram uma ordem socioeconómica baseada em princípios índios. Predominava a coexistência e articulação de princípios igualmente respeitados, em prol do bem comum, que estavam enraizados como fundamentais para a sobrevivência de cada um e de todos. Simultaneamente ocorriam outros modelos de auto-organização como forma de prestar assistência aos mais necessitados.

Nasce assim um modo de economia popular², em que grupos populares iniciam as suas atividades económicas a fim de encontrar respostas às necessidades do grupo (também elas no que respeita à formação humana como a socialização, cultura, cuidados de saúde, habitação, etc.), a partir dos recursos disponibilizados, e longe do alcance das grandes potências.

O lugar do mercado neste “estilo” de economia é relativizado e toma um rumo diferente com influência sobre as relações sociais. Segundo a expressão de F. Braudel, é uma economia de “rés-do-chão” com uma dimensão mercantil que nada tem a ver com o mercado discutido nas diferentes teorias da economia política. Uma economia que não se limita aos aspetos

¹ O termo “república” neste contexto nada tem a ver com estado político, sendo aplicado para designar uma convivência com orientações e regras de ação do grupo.

² Entende-se por economia popular o conjunto de atividades económicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais (Icaza e Tiriba *In* Dicionário Internacional da Outra Economia).

materiais. Possui uma dimensão relacional e simbólica que determina a forma como é feita a produção e a distribuição (Jean-Louis Laville).

1.1.2. Contributos da Igreja

O pensamento económico da Igreja sempre foi extremamente anticapitalista e durante a Idade Média defendiam que o Estado nada deveria interferir na economia do país e os problemas sociais provenientes do mercado livre poderiam perfeitamente ser assegurados pelas práticas assistencialistas da Igreja. Com o surgimento das novas correntes de pensamento económico do século XVIII, com ideias opostas à ética católica, esta foi reduzida à teologia moral e a economia adquiriu independência tutelar da religião, enveredando pelo caminho da ciência.

Durante o período da Idade Média surgiram as confrarias que consistiam numa associação de pessoas com um interesse ou característica comum ao grupo, como por exemplo a profissão que exerciam. Mais tarde, por volta do século XVI este estilo de associação começa a ser explorado pela Igreja e nascem as confrarias assentes em princípios religiosos que poderiam ser as ordens terceiras (compostas por leigos e vinculadas a uma ordem religiosa) ou irmandades (compostas por leigos com carácter religioso mas sem estarem vinculadas a uma ordem).

Durante e após o período de colonização as práticas assistencialistas das confrarias foram o grande suporte da maioria das pessoas, e encontravam também aqui uma oportunidade de evangelização no caminho da conversão. Com o propósito de chegar aos mais necessitados, prestavam socorro em caso de doença, viuvez ou acidentes, encarregavam-se das celebrações fúnebres e eram também responsáveis pelo cuidado dos lugares de culto e construção de igrejas, capelas, estátuas e mosteiros.

A crescente população de indivíduos desenraizados que se encontravam a mendigar pelas cidades a provocar descatos e sendo possíveis propagadores de doenças, fez com que a pobreza passasse a ser encarada com desprezo e desconfiança, tornando a situação de carência insuportável. Deste modo criam-se novas instituições que começam por distinguir o “pobre merecedor do pobre não merecedor” através de critérios de seleção para o pedido de assistência que incluíam a cidade de nascimento, habitação, família, idade, legalidade, etc. atribuído à caridade institucional um regime disciplinador e de controlador social.

2. Uma era de revoluções

O período compreendido entre o século XVII e o século XIX foi claramente marcado por sucessivas revoluções que resultaram numa mudança paradigmática em todas as dimensões da vida. Um período assinalado pela luta dos direitos humanos e civis, nacionalismo, democracia, mercado livre e industrialização.

Foi durante o século XVIII que, em Inglaterra, se iniciou uma revolução industrial. A substituição da manufatura por máquinas, colocou de parte todo o processo artesanal que era desenvolvido nas casas dos próprios artesãos ou em oficinas, e deu lugar a uma produção *standard* massificada. Com esta transformação da manufatura em maquinofatura os artesãos perdem o total controlo do processo produtivo e lucros daí resultantes, vendo-se obrigados a colocar a sua mão-de-obra à disposição dos então patrões que arrecadam todo o lucro resultante do processo produtivo para si. Em pouco tempo esta revolução atingiu o território europeu e americano, assistindo a uma total mudança na vida da sociedade.

“Progressivamente, o homem com ofício, orgulhoso do seu saber-fazer, celebrado por rituais comunitários é obrigado a aceitar um “estado de dependência”, o que é vivido pela comunidade operaria como uma experiência de desapontamento.” (Jean-Louis Laville)

A concentração da indústria nas grandes cidades resultou num êxodo de indivíduos e famílias que viviam nas zonas rurais, ao encontro de trabalho nos centros urbanos para se poderem sustentar. Esta situação originou uma nova estrutura social que é constituída por duas classes sociais: burguesia (habitantes das cidades com privilégios sociais, políticos e económicos) e proletariado (classe operaria recém chegada que tinha como único bem de sobrevivência a força de trabalho).

Esta classe de burguesia foi a responsável por uma série de revoluções que pretendiam colocá-los na supremacia da sociedade, entre elas a Revolução Inglesa e a Revolução Francesa que abalou todo o continente europeu.

No caso português a evolução histórica da economia social não se limitou apenas às crescentes tensões que dominaram os séculos XIX e XX e aos debates europeus. Ao contrário do resto da Europa, em Portugal não foi notável a existência de uma numerosa classe operária por conta de uma tardia industrialização, e portanto o desenvolvimento de associações populares foi um processo modesto.

É neste contexto que surgem as primeiras críticas à economia política clássica que se vêm a tornar num importante marco histórico para o nascimento da ES. O socialismo vem para se opor ao sistema económico capitalista, e emergem alguns socialistas considerados “utópicos”.

Durante o período da Revolução Industrial, numa época em que predominava um sistema injusto, com falta de condições de trabalho e regalias, as classes trabalhadoras viviam em situações de pobreza. O seu único recurso de trabalho era a mão-de-obra que pretendiam usar a troco de salários, muitas vezes inconstantes. Não possuíam poder económico nem político e cumpriam-se períodos extensos de trabalho que poderiam chegar às 17 horas consecutivas em funções de produção. Precisavam de se deslocar bastante até ao seu local de trabalho, muitas vezes pelo próprio pé, sem possuírem outra forma de irem das suas habitações até às zonas industriais. Vários trabalhadores sofreram acidentes, sem estarem ao abrigo de qualquer tipo de proteção. Nas classes empobrecidas toda a família trabalhava para manterem a sua subsistência, incluindo as crianças a quem não era vetado o trabalho por serem menores e a maioria dos operários não obtinha qualquer qualificação.

Na luta contra o sistema, os operários criaram movimentos para reivindicarem os seus direitos e iniciaram ciclos de greve, apesar de constituírem uma proibição para a época.

3. Reações à industrialização

A economia política clássica promoveu de facto a ideia de uma economia de comércio que equilibra a ordem social com base no interesse pessoal. A visão de que os atos comerciais e o comportamento do mercado são considerados a melhor forma de “alcançar a civilização universal sem a necessidade de apelar aos princípios morais” tendo a economia não apenas o papel de produzir riqueza para a nação mas também de harmonização social é agradável pois parte-se do princípio que possuímos um Homem honesto, leal, ordeiro e disciplinado. Contudo a teoria dos fisiocratas, as ideias de Adam Smith e a corrente de pensamento económico liberalista sobre o pressuposto da mão invisível não é de todo compatível com essa harmonização. Jean-Louis Laville assume estas “duas faces” da economia política de difícil conciliação como a origem do associativismo.

Malthus e Ricardo atribuem uma conotação negativa ao pensamento liberal quando assumem que as leis da economia não geram acumulação de riquezas, mas sim um efeito de empobrecimento da classe operária. “O povo deve se considerar como a causa principal dos seus próprios sofrimentos”, não sendo o sistema que gera as desigualdades mas sim o facto de o povo que não saber aproveitar a oportunidade de um regime económico que promete um futuro próspero. Com influências das éticas protestantes atribuem à pobreza um sentido de castigo para o povo que não se sabe recompor, tendo os próprios pobres de encontrar alternativas para saírem das suas situações precárias. Os autores da economia política clássica, a começar por Adam Smith, procuraram dispensar a moral da teoria económica liberal, e consideram as práticas assistencialistas como inúteis e provavelmente até mesmo nocivas ao progresso do país, uma vez que permite aos empobrecidos manter um nível de vida considerável para se reproduzirem e futuramente aumentarem o número de beneficiários destas práticas.

A maioria dos países que aderiram à Revolução Industrial procurava um progresso nas suas sociedades através do crescimento económico, sem se aperceberem que este era o principal destruidor de igualdade social, afastando cada vez mais as classes sociais (Jean-Louis Laville). A economia moral assente no bem-estar comum, obrigações recíprocas e relações partilhadas de direitos e obrigações que prevalecia desde os tempos da colonização havia sido banalizada, e predominava uma economia estritamente mercantil.

"A democracia moderna acreditou que o princípio de mercado poderia assegurar paz social e harmonia social. Conforme Adam Smith, a sociedade poderia perseguir os seus interesses privados e, simultaneamente, realizar o bem público, e o mercado seria o princípio que regularia o conjunto da sociedade democrática. Contudo, essa promessa não foi cumprida. Ao invés de trazer a paz social, porque o interesse devia preservar as paixões, o mercado,

quando se difundiu, aumentou a miséria, a pobreza e o que se chamou, na Europa do século XIX, a questão social. Em virtude dessa questão social, alguns teóricos, operários e agricultores reuniram-se para tentar mostrar que, ao lado da economia de mercado, podia existir também uma força capaz de organizar a produção; essa força era a solidariedade." (Jean-Louis Laville)

Das antigas corporações de ofício que tinham como função reunir os grupos de comerciantes, artesãos e maçonaria a fim de discutirem e negociarem as formas mais eficientes de trabalharem, surgiram os sindicatos e os socorros mútuos que se baseiam no princípio da solidariedade. Pese embora com o avançar do tempo esta solidariedade foi encontrando dois caminhos: a solidariedade democrática que é a conhecida até então, centrada na ajuda mútua, auto-organização e movimento social que pressupõe a igualdade de direitos entre pessoas comprometidas; e a solidariedade filantrópica que remete para uma visão de altruísmo, em que os cidadãos honram os seus deveres uns para com os outros numa base voluntária (Jean-Louis Laville).

Os liberais eram a favor da solidariedade mas num sentido individualista e não altruísta, uma vez que cada um é afetado pelas ações do próximo, com um interesse pessoal em favorecê-las: "Todos aproveitam do progresso de cada um, cada um aproveita do progresso de todos... A solidariedade, portanto como a responsabilidade, uma força progressiva – um sistema admiravelmente calculado para circunscrever o mal e expandir o bem"³. Deste modo os liberais são a favor da criação de associações mutualistas, mas condenam-nas quando se transformam em formas de conversão social, sendo necessário exercer controlo sobre estas. Foi o que aconteceu durante a Revolução Francesa quando surgiram ideias liberais que apoiavam a aplicação de leis de proibição da atividade sindicalista.

Uma visão que coloca o individualismo acima de tudo, ainda que se pensasse ser em prol de um bem-estar comum, é claramente um espírito capitalista e é no sentido de contrariar estas teorias e pensamento económico preocupado em gerar riqueza, que a ES nasce e ganha espaço para se manifestar.

³ Harmonies, in CEuvres citado por C. Gide e C. Rist.

4. Conceito de economia social

Foi precisamente no decorrer da Revolução Industrial, que, em 1830, surge pela primeira vez o termo “Economia Social” num texto intitulado “*Traité d’Économie sociale*” de Charles Dunoyer que atribuía uma dimensão moral à economia, defendendo uma economia circunscrita ao homem e não simplesmente à riqueza.

Por conta das experiências cooperativistas criadas pelos socialistas utópicos Fourier e Owen a ES foi durante muito tempo confundida com o socialismo.

Ao longo da história a ES registou diversas formas de se manifestar na sociedade que ajudaram a criar uma noção da sua prática. Na sua definição mais antiga não possuía ainda qualquer reconhecimento ou validação científica, era uma economia à procura de si que atuava nos mais diversos desafios impostos pelas circunstâncias da sua época.

Tendo em conta a multiplicidade de abordagens, o conceito da ES não é consensual entre os diversos autores, para uns é claramente uma alternativa ao sistema capitalista, para outros é uma simples forma de regulação do sistema económico (Jean-Louis Laville). A forma como foi vivenciada pelo mundo fora, nos diversos períodos históricos também influenciou a sua definição de país para país como resultado de um compromisso entre o Estado e as entidades, sendo alvo de debates, retenções e oposição, dependendo dos seus interesses coletivos e visão política de cada país. Alguns atores e movimentos sociais insistem em alargar a definição de modo a que a atividade das suas organizações possa ser incluída na ES, enquanto, por outro lado vários agentes procuram restringir as formas desta para salientar as suas diferenças em relação às restantes práticas económicas.

Independentemente da sua natureza, missão, dimensão, sector de atividade ou modelo de gestão as organizações que integram a ES, terão de apresentar algumas particularidades como o respeito pela dimensão humana, primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital, preocupação com a exclusão social, vontade de promover espaços de realização individual, visão democrática e participativa, autonomia de gestão, aceitação de responsabilidades e desenvolvimento de um elevado grau de capital social (OBESP).

Uma organização diz-se pertencente à ES quando combina duas grandes das suas características: qualquer uma das suas formas jurídicas⁴ e os seus princípios orientadores declarados na Lei de Bases n.º 30/2013 e propostos na Carta dos Princípios da Economia Social, redigida pela *Social Economy Europe*:

1. O primado das pessoas e dos objetivos sociais;

⁴ Apresentadas no capítulo 5 desta parte I.

2. A adesão e participação livre e voluntária;
3. O controlo democrático dos respetivos órgãos pelos seus membros;
4. A conciliação entre o interesse dos membros, utilizadores ou beneficiários e o interesse geral;
5. O respeito pelos valores da solidariedade, da igualdade e da não discriminação, da coesão social, da justiça e da equidade, da transparência, da responsabilidade individual e social partilhada e da subsidiariedade;
6. A gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades exteriores à economia social;
7. A afetação dos excedentes à prossecução dos fins das entidades da economia social de acordo com o interesse geral, sem prejuízo do respeito pela especificidade da distribuição dos excedentes, própria da natureza e do substrato de cada entidade da economia social, constitucionalmente consagrada.

Esta é uma economia que tem o seu próprio setor de atividade não se querendo sobrepor ou ocupar o lugar de qualquer um dos outros sectores principais (público ou privado) que se considera insubstituível com vantagens que nenhum deles apresenta, como a capacidade de criar emprego em função das novas necessidades, recrutar e mobilizar forças para criar numerosas redes, estimular o capital social e efetuar uma correta redistribuição dos recursos.

“Considera-se assim que a economia social tem características próprias para responder a um enquadramento económico e social específico, ao qual nem a economia pública nem a privada conseguem ou desejam dar respostas” (Joaquim Caeiro).

A ES é uma realidade que hoje em dia assenta em práticas de “inovação social” com uma dimensão institucional própria e lugar nos sistemas económicos vigentes.

O CESE propõe a ES como sendo o *“conjunto de empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, criadas para servir as necessidades dos seus associados através do mercado, fornecendo bens e serviços, incluindo seguros e financiamentos, e em que a distribuição pelos sócios de eventuais lucros ou excedentes realizados, assim como a tomada de decisões, não estão diretamente ligadas ao capital ou às cotizações dos seus associados, correspondendo um voto a cada um deles, ou, em qualquer caso, são realizadas através de processos decisórios democráticos e participativos. A economia social também inclui empresas privadas organizadas formalmente, com autonomia de decisão e liberdade de filiação, que prestam serviços de «não mercado» a agregados familiares e cujos eventuais excedentes realizados*

não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criam, controlam ou financiam.”

Após as várias experiências e precursores que contribuíram para a definição do conceito, na sua forma mais sumária remete “àquelas atividades económicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia económica associada à utilidade social.” (Jacques Defourny). Por outras palavras trata a criação de emprego através da produção de bens e serviços, que gera impacto social e económico junto das comunidades onde se inserem, assumindo um projeto social e democrático.

5. Formas Jurídicas da Economia Social

As diversas atividades de ES de cariz popular que foram surgindo ao longo da história como alternativa ao sistema capitalista conduzido pelas grandes potencialidades económicas, adquiriam reconhecimento jurídico e estão hoje contempladas, no caso português, na Lei de Bases da Economia Social, desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português. Segue-se uma breve explicação da origem de cada uma destas formas de organização da ES: mutualidades, associativismo, cooperativas e fundações.

Para além destas surge ainda uma breve explicação do caso típico português que tem resistido até à data, com uma certa influência italiana: as misericórdias.

5.1. Percurso das mutualidades

Uma expressão proveniente do latim “Meumtuum” que significa “o que é meu é teu”. Portanto uma prática assente no princípio da reciprocidade (Karl Polanyi⁵) e entreadjudada mútua, com uma definição comum de difícil fixação, dadas as suas diversas experiências em cada país. Na Europa a sua origem remota ao século XVIII durante a Revolução Francesa, em 1789, de onde saiu vitoriosa a burguesia capitalista que impôs uma nova ordem social e pretendia alcançar o poder político através da reforma das relações de produção.

É nesta sequência que se desencadeia a Revolução Industrial e surgem os movimentos mutualistas de base associativa, como forma de proteger os cidadãos das situações de carência e da fraca previdência estatal. O objetivo de “mutualizar” o risco, é dispersá-lo pelos vários associados, diminuindo o seu impacto individualmente.

⁵ Na sua obra “A Grande Transformação” (1944) Karl Polanyi aborda uma economia plural assente em 3 princípios económicos: mercado, distribuição e reciprocidade.

No caso português, as primeiras Associações de Socorros Mútuos surgiram no final do século XVIII, atuando em várias áreas como assistência médica, previdência pecuniária, atribuição de pensões de sobrevivência, reforma, invalidez e subsídios de funeral e luto.

No ano de 1891 as ASM passaram a ter legislação própria, alterada em 1896, tendo-se mantido em vigor até à reforma da legislação mutualista ocorrida em 1930/32.

Após a revolução do 25 de abril, foi criada a Federação Nacional das Associações de Socorros Mútuos (FNASM), atualmente designada de União das Mutualidades Portuguesas (UMP), a quem coube editar e divulgar o 1º Código das Associações Mutualistas⁶ que consagrou o mutualismo como um ramo de direito com autonomia legislativa.

Na atualidade o movimento mutualismo da europa assume um papel de proteção social, sendo uma parceiro fundamental no processo de reforma dos sistemas de segurança social e de saúde.

5.2. Associativismo: a contestação ao capitalismo

Na mesma época assistiu-se ao nascimento de um associativismo pioneiro com base numa “República democrática e social”⁷ e no princípio da igualdade. O panorama que se vivia foi designado de “questão social” e na sequência deste surgiu um elevado número de iniciativas organizadas pelo movimento operário para fazer frente às condições impostas pelo capitalismo industrial. J-P Buchez identificou 2 tipos de instituições: associação operária (compostas pelos operários “livres” profissionais) e a associação sindical (para os operários de fábricas).

O movimento associativo ganhou força mais propriamente em França por conta das duas importantes revoluções que procuravam a ordem social: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

“Em 1848 é fundado um sindicato geral das associações de trabalhadores, depois em 1849, surgem o Banco do povo, a Mutualidade dos trabalhadores, um Comité central das associações operárias e uma União das associações de trabalhadores (...)” (Jean-Louis Laville).

O associativismo pioneiro possuía um duplo carácter: político (ação coletiva de expressão e reivindicação) e económico (modo de organização do trabalho e do socorro mútuo). Nas

⁶ Decreto-Lei n.º 59/2018.

⁷ Por democrática entende-se que todos os cidadãos sejam eleitores e por social que todos possam associar-se para trabalharem.

associações criadas numa era moderna esta característica peculiar foi completamente ignorada por emergir dos pensamentos dos socialistas utópicos. Owen, Saint-Simon e Fourier acreditavam na ordem social mas colocavam o povo com uma ação passiva na história, o que transmite uma ideia de individualismo, sinónimo de “desassociação”, referenciado por Leroux (Jean-Louis Laville).

“Mesmo tendo sido estimulado por textos utopistas, o espírito de associação afastou-se deles para se identificar com os esforços populares de auto-organização. O associativismo pioneiro reivindica direitos para todos os cidadãos ao mesmo tempo que ataca uma ordem económica que cria desigualdades” (Jean-Louis Laville).

5.3. Experiências cooperativistas

Os primeiros ensaios de cooperativismo foram registados no século XVIII como alternativa política e económica ao predominante sistema capitalista pelas mãos do francês Charles Fourier, que se viria a tornar um dos “pais” do cooperativismo com a implementação da sua ideia de falanstérios⁸. Um complexo urbano e rural que combinava terras agrícolas e outras atividades económicas, habitação para os seus membros associados e uma casa grande comum. A adesão era voluntária e cada um seria livre para escolher a atividade que pretendia desempenhar, podendo mudar quando assim o desejasse. Fourier acreditava piamente que uma boa rede de falanstérios seria uma mudança paradigmática que daria origem a um novo mundo.

Na mesma altura, no país de Gales, Owen era um forte crítico do sistema capitalista, e apesar do seu pensamento liberal, enveredou pelos mesmos ideais socialistas de Fourier, criando uma infraestrutura de residências, escola, biblioteca e a primeira loja cooperativa junto da sua fábrica. Owen implementou ainda um conjunto de práticas que incluíam a proibição de trabalho a membros com idade inferior a 10 anos, sendo obrigatória a frequência da escola, reforma aos 40 anos de idade, folgas semanais, redução de horário de trabalho para 10,5h/dia (o habitual era entre 14 a 17 horas) e um fundo mútuo para os seus funcionários.

Já no século XIX, em 1844, foi fundada a primeira cooperativa que serviu de base para o movimento cooperativo – a Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale. Composta por 28 operários da região de Rochdale, Inglaterra, que se uniram para abrir a sua própria loja de produtos alimentares. Para que a experiência obtivesse resultado, definiram um conjunto

⁸ Comunidades de organização harmónica em que as pessoas desenvolvem atividades de acordo com a sua vocação e depositam o que têm no fundo comum, recebendo mais tarde de acordo com o que contribuíram.

de 7 princípios: adesão voluntária, controlo democrático, imparcialidade política, radical e religiosa, vendas à vista em dinheiro, devolução dos excedentes, interesse limitado sobre o capital e educação contínua. Com o passar do tempo a ACI reformulou-os e continuam atualmente a servir de base para as práticas cooperativistas.

Na atualidade conhecemos diversos tipos de cooperativas que procuram beneficiar os seus associados, na medida do contributo que dedicam à mesma: cooperativas agrícolas, cooperativas de produção (comercialização produtos fabricados pelos membros), cooperativas de consumo (revendem bens de consumo mais baratos aos seus associados), cooperativas de crédito (fornecem recursos financeiros aos seus membros) e cooperativas de serviços (fornecem transporte, água, eletricidade, habitação).

5.4. Fundações

As fundações são um tipo de organização da ES mais recente. Não sob a forma de experiências populares como as demais, estas caracterizam-se por uma pessoa Jurídica composta por um património juridicamente indissolúvel e personalizado, com uma finalidade económica, sem proprietários, titulares, sócios ou acionistas.

“Se levarmos em consideração o (...) critério da finalidade, teremos de separar as associações e as fundações de um lado e as cooperativas e mútuas de outro. Enquanto as primeiras adoptam o princípio da “não lucratividade” e têm uma função de gestão de serviços não mercantil, as segundas são, para todos os efeitos, sociedades comerciais e, como tal, apresentam uma finalidade económica (OBESP).

5.5. Misericórdias

A primeira Santa Casa da Misericórdia data ao ano de 1244 e foi fundada em Itália. Num tempo em que os cuidados de saúde e higiene eram escassos e a problemática da peste negra havia-se fixado, estas aparecem de forma urgente com a prioridade da retirada dos corpos dos defuntos das ruas para os sepultar e evitar a disseminação da praga.

Em Portugal, a 15 de agosto de 1498, é fundada a primeira misericórdia pela rainha D. Leonor, numa das capelas que compõem os claustros da Sé de Lisboa, consistia num espaço relativamente pequeno onde os irmãos se reuniam para fazer o seu culto e de onde partiam para colocar em práticas as suas obras da misericórdia. A partir desta experiência surgiram outras misericórdias pelo resto do país. Esta prática correu o mundo e instalou-se praticamente em todos os solos que tinham portugueses.

Um caso específico no que confere às misericórdias, estas procuravam abarcar todas as obras da misericórdia e não possuíam o mesmo papel de emergência das toscanas.

Neste tempo as misericórdias não possuíam ainda instituição sob a sua tutela e deslocavam-se ao encontro dos pobres, doentes e prisioneiros. Só mais tarde começaram a ser agregados às misericórdias velhos hospitais urbanos e também a ser construídas pelos reis novas instalações hospitalares independentes.

Com o decorrer do tempo estas antigas confrarias foram-se afastando do seu espírito evangélico inicial e construíram uma estrutura organizacional interna a partir de hierarquias dos seus constituintes, carácter burocrático e aumentavam as suas responsabilidades institucionais locais com práticas de assistência a órfãos, mendigos e presos.

Na segunda metade do século XVIII as misericórdias apresentaram elevadas dificuldades financeiras e de recursos para prestar assistência a tanta procura gerada pela crise, desleixo administrativo e corrupção do país tendo sido encontrada a solução nas lotarias que ainda hoje são feitas e representam a sua maior fonte de financiamento. Contudo, é neste contexto de recessão económica que as misericórdias aumentaram a sua quantidade de serviços podendo chegar a um maior número de necessitados. Contra todas as expectativas as misericórdias renasceram e reforçaram a sua missão junto da comunidade.

Após a conceção da ideia por parte da monarquia e um longo período sobre a jurisdição dos bispos, atualmente as misericórdias mantem o seu direito canónico mas regem-se pelo direito civil, continuando o seu trabalho na área da saúde e cuidados da pessoa dependente, ao passo que em Itália o seu trabalho prende-se com a proteção civil, transporte de doentes, acolhimento de imigrantes em situação de carência ou risco, entre outros.

6. Economia social na atualidade

Este ponto procura, abreviadamente, contextualizar a ES nos dias que correm. Inicia-se com os acontecimentos mais contemporâneos em torno do debate, práticas e reconhecimento da ES na europa, e o caso português.

À parte do investimento na conjuntura política, jurídica e académica em prol de um maior reconhecimento da ES, existia uma dificuldade em obter dados relativos ao impacto desta na sociedade e na economia nacional. Em 2010 inicia-se uma longa jornada de estudos realizados no terreno com o intuito de elaborar estatísticas a partir de dados concretos, dos quais resultou a criação da conta satélite da ES apresentada também neste capítulo.

6.1. Tendências atuais da economia social

O conceito de ES hoje é amplamente reconhecido pelas autoridades públicas e no meio académico no nosso país, como também em Espanha, França, Bélgica e Luxemburgo.

A temática envolvente da ES colocou em cima da mesa uma série de conceitos emergentes que têm sido objeto de discussão em diversos colóquios, conferências e entidades de prestígio, sendo eles “empresa social”, “inovação social”, “economia circular” ou “cidadania empresarial”, a fim de manter a definição de ES atualizada, tendo em conta a evolução do contexto social e das novas exigências.

Nos últimos 20 anos a maioria dos países europeus tem feito um esforço para proceder à elaboração de legislação respeitante à ES, com propostas legislativas e instrumentos políticos que a promovam a nível nacional e regional.

Em Portugal redigiu-se o acordo nacional entre o governo e o setor social “Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário” e em 2013 foi publicada a Lei n.º30/2013 que estabelece as “bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios”, integrando os princípios da ES, já apresentados no capítulo 4 desta parte I.

6.2. Conta satélite da economia social

Goodolphim (1842-1912) foi o precursor da conta satélite da ES em Portugal. Apesar das limitações de informação da época, ia procurando evidências à sua forma, para conceder representatividade social e política ao setor, numa época em que o conceito de ES não era ainda aquele que conhecemos hoje.

A criação da conta satélite da ES procura dar representatividade ao setor que afirma toda a economia como social (ou não fosse ela resultado da organização do ser humano em função daquilo que tem para dar e daquilo que tem para receber) e resulta de uma parceria entre a CASES e o INE.

“Revela-se numa tradição socialmente construída que importa invocar como património de futuro. A força da Economia Social reside e sempre residiu na sua contradição de termos, ou na sua redundância imanente – em rigor toda a economia é social. Assim a queiramos ver” (Álvaro Garrido).

Em 2012 foram conhecidos os primeiros resultados da conta satélite da ES, relativos ao ano de 2010. Para mostrar o impacto deste setor na economia nacional nada melhor que as estatísticas que comprovam os números de postos de trabalho criados, o VAB (Valor

Acrescentado Bruto) e os tipos de entidades que compõem a ES. A edição mais recente é a de 2013, publicada em 2016.

A conta satélite da ES procura analisar 11 indicadores:

1. Emprego gerado pela economia social e por tipo de identidade
2. VAB da economia social e por tipo de identidade
3. Total de recursos
4. Excedente de exploração bruto
5. Poupança bruta
6. Necessidade líquida de financiamento
7. Distribuição do setor por área de atividade
8. Distribuição por região geográfica
9. Remunerações da economia social por tipo de entidade
10. Comparação internacional do VAB e empregos gerados pela economia social
11. Taxa de voluntariado (dados da UE)

À semelhança das outras, esta conta satélite confere carácter legível e legal com base na Lei de bases de 2013, aprovada em AR por unanimidade.

Após um longo percurso histórico prático e conceptual da ES é momento de lhe atribuir representatividade a nível nacional e internacional e mensurar resultados para que se continue a delinear objetivos e a desenvolver uma “Economia humana”.⁹ Este é mais um passo para que a ES seja aceite na vida das populações e nos territórios, duas evidências que são perceptíveis em ambas as edições da conta satélite, uma vez que existem organizações da ES presentes em todas as atividades económicas e possuem transversalidade territorial apesar de uma compreensível concentração na zona da capital e na região do porto, uma herança dos movimentos de urbanização que despertaram a emergência desta economia.

II. Economia Solidária

À semelhança da primeira parte, segue-se uma breve apresentação da economia solidária, contextualizando o momento em que emergiu e apresentando os diversos contributos para a definição do seu conceito com base nas experiências do percurso histórico nos continentes americano e europeu. Para além destas, é apresentada uma terceira experiência que deu origem ao conceito da Macaronésia. Este conceito é aprofundamento e caracterizado no

⁹ Expressão de Álvaro Garrido.

capítulo 3 e servirá de base para a apresentação dos desafios sociais para o futuro¹⁰ bem como para a análise do caso prático¹¹ por se considerar o mais completo, mas também porque os seus acontecimentos se situam em território nacional e por tanto é sobre a “nossa história” da economia solidária que nos devemos debruçar para fazer evoluir o seu conceito e procurar resposta às desigualdades e problemas sociais imperantes.

Sendo este um conceito por vezes confundido com a ES, após a apresentação histórica e concetual, há espaço para uma análise comparativa por forma a encontrar os pontos de convergência e diferenciação entre as duas formas de economia alternativa.

Para finalizar esta parte encontra-se um último capítulo que incide sobre a proposta apresentada por alguns autores da união dos termos “social” e “solidário” que dá origem à expressão “economia social e solidária”.

¹⁰ Apresentados no capítulo 5 da parte III.

¹¹ Apresentado na parte III.

1. História da economia solidária

O processo de institucionalização da ES fê-la afastar-se da finalidade a que se propôs inicialmente, submergindo num processo de decadência e perda de identidade. Vários investigadores e movimentos sociais desafiaram-se na procura de uma “nova economia social” que evitasse a separação entre os ambientes económico, político e social.

“A economia social, ao se definir como um conjunto de organizações, deixa em aberto a questão mais ampla de sua inserção na economia e democracia contemporâneas. O questionamento desses dois planos deu origem à perspectiva da economia solidária desenvolvida para refletir uma multiplicidade de iniciativas que se manifestaram na América e no final do século XX na Europa” (Jean-Louis Laville).

A ES da Europa atravessou um processo de assimilação com o Estado. As mutualidades foram colocadas ao serviço da entidade Estatal como dispositivos complementares ao sistema de proteção e segurança social e a maioria das cooperativas lançou-se numa economia de mercado, colocando o princípio da solidariedade num papel secundário.

É no contexto das novas tendências socioeconómicas do final do século XX dominado por recorrentes crises económicas, envelhecimento da população, contratação de empresas em regime *outsourcing*, aumento do desemprego e alterações do estado social que a economia solidária ganha espaço para se manifestar, destacando a autonomia da sociedade relativamente ao Estado para dar resposta aos problemas sociais emergentes. Durante a crise do choque petrolífero nos anos 70 decorreram uma série de iniciativas locais que prestaram apoio social e de assistência a pessoas necessitadas, criaram-se novas cooperativas, empresas de inserção, finanças solidárias, comércio justo, etc. (Luiz Inácio Gaiger).

A esfera social assistia a uma transformação colocando temas que respeitam aos direitos do cidadão como a qualidade de vida, igualdade de género e racial, a paz no mundo e a sustentabilidade do planeta de carácter urgente. Esta era a “nova geração da economia social”¹² que se recusava a assumir um simples papel de economia de reparação (Jean-Louis Laville). Não significa isto que todas as circunstâncias e reconhecimentos que a ES adquiriu ao longo da sua história devem ser ignorados. Estas experiências e a referência aos seus fundadores é uma via para a resolução dos novos problemas sociais que a economia solidária vem procurar resposta, dado que a “antiga economia social” havia-se tornado conservadora e burocrática.

¹² Expressão de Gaiger.

No caso da América-Latina, como nos dá conta a história da ES, este continente encontra formas de solidariedade em antecedentes longínquos durante o período colonial e pós-colonial, ainda hoje visíveis nas suas lutas contra o modo de viver sob um sistema capitalista, que coloca à margem o sentido mais importante da vida: as relações sociais.

Uma parte da população procurava junto das grandes cidades reconhecimento social através de um contrato de trabalho e habitação, mas apenas conseguiam encontrar forma de sobreviver nos trabalhos por conta própria e atividades de ocupação informais, situação que acabava por aumentar as regiões de bairros pobres da periferia que vivia na base de uma economia informal. Com o passar do tempo percebeu-se que os habitantes destes bairros eram capazes de construir uma economia própria assente num princípio de autogestão democrática. No início dos anos 80, estas comunidades organizaram frentes de mobilização na luta por condições de vida dignas, às quais contaram com a colaboração de organizações como a Igreja e instituições de microcrédito. Criaram comunidades de base, associações de moradores e uniões de produtores familiares, que desencadearam as primeiras experiências coletivas de geração de rendimentos, percussoras da economia solidária (Luiz Inácio Gaiger).

As novas práticas políticas têm olhado para a economia solidária como uma necessidade de aferir a sua utilidade prática em áreas de intervenção que privilegiam o bem-estar da sociedade. Uma expressão que possui validação científica e reconhecimento político-institucional é utilizada em diversos países para designar departamentos, secretarias de Estado ou até mesmo divisões de administração. Para além destas práticas que atribuem destaque ao tema, este também tem vindo a ganhar espaço nas agendas, eventos e relatórios em organizações internacionais de prestígio como a OIT, PNUD e EU.

2. Em busca de um conceito

À semelhança da sua pioneira, também a economia solidária apresenta um conjunto diversificado de conceitos que têm por base as experiências de cada país. Este ponto procura encontrar os princípios próprios desta economia e apresentar, resumidamente, as influências e contributos das três versões mais apropriadas do conceito sendo, no meu ponto de vista, a da Macaronésia a que se encontra mais completa e que melhor distingue as suas práticas das da ES.

2.1. Princípios gerais do conceito

Por todas as razões apresentadas, é incorreto olhar para a economia solidária como uma simples continuação ou uma denominação moderna da ES, quando é na verdade uma nova realidade, com novas práticas e teorias que procura reunir o aspeto social, económico e político, numa gestão eficiente para o Bem-estar social. Diversas experiências observadas no movimento histórico da ES como a criação de emprego próprio por desempregados, práticas de desenvolvimento sustentável, modalidades de financiamento como o microcrédito, turismo e habitação social, cantinas sociais e grupos de recuperação e valorização de património e identidade das culturas locais são constantemente associadas à economia solidária. Porém a economia solidária rege-se por um conceito estrito que jamais fará sentido estar associado a esta multiplicidade de práticas. Em suma não é o conjunto de todas estas práticas que definem o conceito de economia solidária, mas sim um conjunto de características que estão presentes nestas.

“A atividade não é concebida a partir de uma identidade comum pré-existente, mas através de uma reflexão coletiva que participa na sua definição” (Jean-Louis Laville).

A perspetiva da economia solidária ao unir as dimensões social, política e económica nas suas iniciativas, confere-lhe um conjunto de princípios que vão além das características da ES. Trata-se sobretudo de solidariedade, inclusão, respeito, ajuda mútua, cooperação e autonomia.

Tendo em conta a abordagem dos princípios económicos proposta por Polanyi (mercado¹³, reciprocidade¹⁴ e redistribuição¹⁵) pode-se dizer, retrospectivamente, que a ES baseou-se no

¹³ Este princípio não contempla as relações sociais “hoje consideradas pelas culturas ocidentais como distintas das instituições tidas como económicas” (Maucourant, Servet, Tiran).

¹⁴ A reciprocidade corresponde à relação que se estabelece entre grupos ou pessoas graças a serviços que só fazem sentido na vontade de demonstrar um vínculo social entre as partes interessadas. O ciclo da reciprocidade contrasta com as trocas de mercado, porque é indissociável das relações humanas que põem em jogo os desejos de reconhecimento e poder, e se distingue

princípio da reciprocidade e procurou articular com o princípio da redistribuição do Estado para fazer frente à economia de mercado, conseqüentemente favorecida por conta do sistema económico vigente. Mais recentemente a economia solidária atua com a mesma finalidade mas com o olhar sobre os desafios contemporâneos, envolvendo os 8 projetos a que se propõe¹⁶.

Vários autores abordam a economia solidária como a “consciência externa da economia social”, no que compete aos critérios de gestão das suas instituições.

Ao contrário da ES, a economia solidária é um conceito policêntrico e multicultural, que diverge de região para região, construindo-se com base em experiências próprias e por conta dos movimentos políticos a que vai sendo associada.

2.2. Influência europeia

A versão francófona é a que possui maior suporte bibliográfico e tem por base sobretudo a influência das experiências europeias. Com contributos de origem francesa, oriunda da Bélgica e Canadá, mas também defendida por autores italianos, espanhóis, ingleses e suecos. Na perspetiva desta versão a economia solidária é apresentada como:

«o conjunto das atividades económicas sujeitas à vontade de uma ação democrática em que as relações sociais de solidariedade têm o primado em relação ao interesse individual e ao lucro material; contribui assim para a democratização da economia, a partir de envolvimento de cidadania» (Bernard Eme e Jean-Louis Laville).

Assente nas duas dimensões que a economia solidária se propõe a recuperar - económica e política - esta versão procura salvaguardar o princípio da solidariedade subjacente ao modelo social europeu, partindo da sociedade civil, e alertando para a urgência de estimular a prática de uma democracia participativa, a partir do funcionamento das instituições, com a afirmação de uma economia plural (mercado, reciprocidade e redistribuição), evidenciando-se da dicotomia que imperou no século XX: capitalismo vs socialismo.

das trocas redistributivas, na medida em que não é imposto por um poder central (Jean-Louis Laville).

¹⁵ Trata-se do princípio segundo o qual a produção é entregue a uma autoridade central (Estado) com a responsabilidade de proceder à sua distribuição, a partir de um procedimento com regras definidas sobre o seu destino.

¹⁶ Estes 8 pilares/projetos da economia solidária são destacados no capítulo 3 desta parte II.

2.3. Versão latino-americana

Esta é a versão que se assume como a mais recente, proveniente da América Ibérica nos anos 80, possui uma forte expressão em castelhano e português, e está enraizada nas práticas sociais, culturais e políticas do povo em prol da sua sobrevivência e emancipação. Esta versão do conceito de economia solidária coloca a solidariedade no extremo oposto do individualismo competitivo, característica singular do sistema económico das sociedades capitalistas, através dos princípios da autogestão e solidariedade.

2.4. A experiência da Macaronésia

Um conceito, também ele recente, que se assume a partir de uma experiência muito própria. No final dos anos 80 e início dos anos 90, surgiram várias experiências nas regiões autónomas dos Açores e Madeira, nas Canárias e em Cabo Verde (arquipélagos que compõem a Macaronésia). Na origem destes acontecimentos estava a crescente preocupação em dar resposta às situações de pobreza e exclusão social presentes nas ilhas, fruto de acontecimentos históricos como a abertura política e consciência cívica da Revolução do 25 de Abril e o agravamento da situação socioeconómica pós-período revolucionário, tudo isto quando ainda se faziam sentir os efeitos do agravamento económico dos países importadores de petróleo, o que era o caso de Portugal.

Na região dos Açores surgiram três acontecimentos de referência para o estímulo da economia solidária: a concentração de famílias pobres dependentes da pesca, a falta de apoios e assistência a cidadãos portadores de deficiências e o elevado número de repatriados de origem açoriana que estavam emigrados no Canadá e EUA, e foram enviados para as suas terras na sequência de envolvimento em crimes considerados graves (tráfico de estupefacientes, homicídios, etc.), na sua maioria já não possuindo família ou qualquer contacto com a língua portuguesa.

Simultaneamente ocorre a entrada de Portugal nas comunidades europeias (atual União Europeia), que constituiu uma forte oportunidade para fazer frente a estes problemas socioeconómicos, através de inovadoras práticas de combate à pobreza e exclusão social, como o acesso a fundos comunitários que possibilitaram uma série de ações de formação profissional e projetos de intervenção em áreas (temáticas e territoriais) específicas.

Vários indivíduos pertencentes a estes grupos marginalizados puderam beneficiar de formações, para valorizar o seu currículo, ainda assim após a conclusão deste processo os envolvidos depararam-se com um novo problema: o tecido empresarial não contratava estas pessoas capacitadas pelas ações, por motivos de desconfiança, tendo em conta o seu

histórico e aparência. É no desafio de encontrar uma solução para este novo problema que a expressão "economia solidária" nos açores começa a "ganhar vida", através do excelente trabalho realizado pela Cooperativa KAIRÓS (a partir do Centro Social Paroquial de S. Pedro em Ponta Delgada) e pela Associação AURORA SOCIAL (centrada em pessoas portadoras de deficiência). Este método foi aplicado às outras regiões que compõem a Macaronésia, durante um longo período de tempo, onde também decorreram, especialmente no âmbito do Programa Comunitário INTERREG III B¹⁷, diversos projetos como encontros, conferências e feiras de economia solidária com o intuito de debater o tema, práticas e conceitos.

Todo este contributo permitiu chegar à versão da Macaronésia do conceito de economia solidária, apresentado publicamente pela primeira vez em 2004, e que passou a ser utilizado pelas organizações dos países/regiões a esta zona pertencentes como:

"A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistémica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspectivas económicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz" (Rogério Roque Amaro).

¹⁷ Este programa de iniciativa comunitária tem por objetivo favorecer a cooperação transacional entre as autoridades nacionais, regionais e locais a fim de promover uma melhor integração territorial na União graças à formação de grandes grupos de regiões europeias.

3. Caracterização do conceito proposto

A partir das experiências vividas na região da Macaronésia que deram origem a este conceito, as práticas consideradas de economia solidária, de acordo com esta versão, assentam necessariamente em 8 pilares/projetos:

- 1) **Económico** – Respeita à produção de bens e serviços, criação de emprego, distribuição de rendimentos, satisfação das necessidades de consumo, poupança e concretização de investimento nos vários setores de produção, serviços e comércio, articulando com os 3 princípios de uma economia plural.
- 2) **Social** – Contribui para uma coesão social, através da criação de emprego para pessoas consideradas à margem do mercado de trabalho, satisfação das necessidades básicas não expressas no mercado, promoção de igualdade de oportunidades, atividades e auto-organização e da participação em ações de combate à pobreza e exclusão social, quer por iniciativa própria, quer com o apoio do Estado e entidades regionais e locais.
- 3) **Cultural** – Procura utilizar a economia para valorizar as culturas, patrimónios, valores e identidades locais, sobretudo as que estão em risco de marginalização ou desaparecimento como resultado da uniformização provocada pela globalização e sociedades economicistas.
- 4) **Ambiental** – Conjuga o sistema económico com o sistema ecológico, através da promoção de produtos de agricultura biológica, priorização da utilização de energias renováveis, incentivo às atividades de reciclagem, estímulo à adoção de comportamentos de consumo sustentáveis, dinamização do turismo ecológico, conservação e gestão inovadora dos parques naturais e zonas protegidas, entre outras ações que protejam o meio ambiente.
- 5) **Territorial** – Está enraizando na comunidade de pertença e contribui para o desenvolvimento local, implicando a escolha de recursos humanos, fornecedores e clientes locais, promovendo, não só a economia local, mas também os seus valores culturais.
- 6) **Gestão** – Implica assumir as ações de economia solidária como uma preocupação de gestão rigorosa e eficiente, e não da forma como é vista muitas vezes pelas organizações tradicionais de ES. Visa aplicar a gestão nos vários domínios (recursos humanos, comercial, financeira, etc), de forma inovadora, com novos critérios de avaliação que assegurem a viabilidade económico-financeira das organizações, sem descuidar da sua missão e natureza solidária.

- 7) **Conhecimento** – Pretende valorizar as experiências da economia solidária, tornando-as numa aprendizagem permanente, que, sem esquecer a reflexão teórica, criem um processo dinâmico de constante construção e revisão do conceito.
- 8) **Político** – Abrangendo dois sentidos: interno (na medida em que as organizações se regem pelo princípio da gestão democrática), e externo (uma vez que estas organizações assumem, com as suas atividades, uma posição de coresponsabilidade da regulação dos problemas da sociedade em que se inserem, em parceria com o Estado e outras entidades, contribuindo para a resolução de muitos problemas, numa lógica considerada de “Parceria-Providência”).

Deste modo, pode-se assumir que a versão da Macaronésia defende a economia solidária como a abordagem do princípio da solidariedade enraizada na economia dominante, com vista a 7 dimensões da solidariedade: económica (pluralidade dos seus princípios), social (promoção dos direitos humanos), cultural (valorização e dialogo intercultural), ambiental (contemplando todos os seres vivos e elementos abióticos), territorial (desenvolvimento local), científica (investigação e ação) e política (sociedade civil, Estado, empresas e outros organismos internacionais).

Comparando a versão da Macaronésia, com as outras duas versões apresentadas, verifica-se que esta possui 2 pontos em comum com a versão francófona no que respeita à formulação do projeto económico e do projeto político interno, e outros 2 pontos em conformidade com a versão ibero-americana: o projeto político interno e o projeto social. Porém este conceito atribui maior ênfase à dimensão cultural, ambiental, territorial, científica e de gestão que são ignoradas ou estão simplesmente ausentes nas outras duas definições.

Não se focando apenas em recuperar o projeto social e o projeto político esquecidos pela ES, este conceito tem uma visão antropocêntrica que procura recuperar a gênese das práticas de cariz social/solidário ainda antes da preocupação com quaisquer validações científicas ou jurídicas.

4. Análise comparativa da economia social e da economia solidária

A ES e a economia solidária realçam a urgência de uma igualdade entre partes interessadas, juridicamente reconhecidas, obedecendo aos mesmos princípios gerais propostos pela Lei de Bases.

Ambas procuram dar espaço a uma economia alternativa que atua com base no princípio da reciprocidade¹⁸ e procura conjugar os projetos económicos com as outras dimensões da vida, colocando o interesse geral sobre o interesse particular. Uma visão contraditória ao pensamento económico do liberalismo. No caso da ES esta procura atribuir à economia uma dimensão social e democrática, enquanto a economia solidária vai mais longe e se expande no âmbito das novas preocupações sociais conhecidas nos 8 pilares/projetos desta economia¹⁹ que não são expressos pela ES.

São duas formas de economias alternativas com o mesmo intuito que nascem em momentos históricos diferentes e procuram dar respostas às necessidades da sua época, o que determina algumas diferenças nas suas páticas.

Alguns no centro do período histórico de revoluções a ES acabou por gerar dois caminhos distintos: a) o do princípio da democracia participativa assente na entajuda sob a forma de associações, cooperativas e mutualistas; b) o caminho da filantropia que tem por base as práticas da sua origem, que não se concentra em ajudar dentro de um grupo mas sim para fora, uma ajuda ao próximo, sem qualquer critério.

Por ausência de um projeto económico próprio a ES tornou-se dependente do Estado, e o caminho da filantropia foi enfraquecendo, com práticas cada vez mais mercantis, que no lugar de combinar os 3 princípios de uma economia plural, afastava-os.

As formas jurídicas pelas quais as organizações da ES se distinguem das restantes empresas capitalistas, como soluções para as falhas dos sistemas económicos vigentes, tornaram-na dependente do Estado. Apoiada em atividades próprias que favorecem os seus associados, surge a necessidade de uma “nova economia social” ou de uma economia solidária emergente que recupere o caminho da filantropia. Esta é uma das grandes diferenças entre as duas economias. A economia solidária, também ela definida pelas mesmas formas jurídicas, recusa-se a ser dependente do Estado, mas sim a assumir um papel de parceira. Talvez uma das razões para que o seu processo de aceitação seja mais intransigente do que o da ES.

¹⁸ Este princípio é subjacente à ES mas não era notório nas suas práticas, ao contrário do que acontece com a economia solidária, que o tem claramente explícito nas suas atividades, mas atribui todo o reconhecimento à economia social (Rogério Roque Amaro).

¹⁹ Abordados no capítulo 3 desta parte II.

Uma lógica económica assente no princípio da reciprocidade não atrai investidores, o que atribui à economia solidária uma autonomia que exige reforços da sociedade civil, através da mobilização de capital social que se reúne em torno de benefícios coletivos que ativam relações sociais democráticas. Esta sua independência de poderes centrais e cooperação da sociedade civil faz com que a maioria das suas práticas seja menos usual.

“(...)a economia solidária vem questionar, ao nível conceitual e empírico, as categorias da economia, recusando-se a limitar os fenómenos económicos aos que estão definidos como tais pela ortodoxia económica” (Jean-Louis Laville).

É esta a perspetiva da economia solidária que não é visível na forma da ES, que não descuida do seu aspeto organizativo e centra-se nas regras e relações entre as diversas atividades e atores e no sucesso económico das organizações que compõem o chamado terceiro setor. Neste aspeto as iniciativas da economia solidária estendem-se além da ES, tendo como principal especificidade a diversificação de agentes, encontrando diversos atores na sociedade que estão interessados na mesma atividade (voluntários, instituições públicas e privadas, Estado, autarquias, etc.). Mais uma forma de distinguir as duas economias: a ES assume uma democracia interna, a economia solidária também, mas fomenta-a no espaço público.

A economia solidária assume uma pluralidade e pretende provar que a economia é uma construção institucional que engloba as várias dimensões da vida e não apenas um mero encontro entre a procura e a oferta definida em função da fixação de preços como foi exposta pelos neoliberais na revolução marginal.

Num tempo em que aparentemente o quadro do estado social, inexistente à época das revoluções, parecia ter sido alcançado pela ES, surge a economia solidária por forma a colmatar as falhas a que esta se tinha submetido. Um dos motivos para muitas vezes ser considerada como uma substituição da ES. A economia solidária é muito mais que isso. Dá conta de novas problemáticas relacionadas com a cultura, o ambiente, a política, a economia, entre outras que foram sendo ignorados pela ES.

Apesar da mesma origem histórica²⁰, quando comparados os agentes clássicos da ES e da economia solidária, esta última apresenta três características particulares: as necessidades sociais a que tenta responder, os atores que desenvolvem essas iniciativas e o desejo explícito de uma mudança social.²¹

²⁰ Não no tempo mas como finalidade do seu surgimento.

²¹ Campos, M. e Ávila, C. (2012). *The social economy in the European Union*. Bruxelas, The European Economic and Social Committee.

Observando os projetos/pilares propostos pela economia solidária, percebe-se que a ES falha em alguns deles, nomeadamente o de gestão (considerada-na de ordem capitalista), o ambiental (as suas práticas não evidenciam o equilíbrio entre o homem e a preocupação com o planeta) e o de conhecimento (o conceito estagnou na sua evolução e enveredou por caminhos que levaram à necessidade do surgimento da economia solidária). Esta poderá ser mais uma das causas para que não seja aceite com a mesma facilidade que a ES. A economia solidária apresenta propostas mais radicais e exigentes do ponto de vista social e político.

Nos tempos que correm, as nossas sociedades estão em risco de perda de democracia e por isso a economia solidária é essencial para a sua revitalização através do princípio da democracia participativa. Estamos cada vez mais sob o poder de uma autoridade central que nos diz como agir, obrigando-nos a gerir as nossas vidas em função do mercado. É neste contexto que a economia primitiva de base popular se vai desvanecendo. A economia solidária aclama a rutura de um modelo de egocentrismo em que a nossa sociedade se tem vindo a tornar, ignorando a envolvência de todo o ecossistema e vivendo cada um por si.

Existe uma tendência em diferenciar estas duas formas de economia através do critério de base jurídica em que a ES se define pelo conjunto de instituições jurídicas (cooperativas, fundações, mutualistas e associações). Contudo esta não é a forma mais correta, pois algumas organizações da economia solidária também possuem validação jurídica, e sobretudo porque nem todas as organizações da ES cumprem os seus princípios como o caso da primazia do interesse geral sobre o interesse particular, não possuir fins de natureza lucrativa, gestão democrática, adesão voluntária e autonomia sobre o Estado para fazer face aos problemas sociais.

As suas histórias convergem mas as formas de atuar são claramente diferenciadoras a partir de toda a envolvência das suas práticas.

5. Proposta de articulação dos dois conceitos

A economia solidária defende que não é só a própria economia que deve assumir um papel de pluralidade, mas também os motivos económicos e os mercados, com um pressuposto de enquadramento institucional através de normas relacionadas com a justiça social e a proteção do meio-ambiente.

“Uma economia que tranquiliza a democracia em vez de a ameaçar não pode prescindir dos mercados, mas também não se pode limitar a eles” (Jean-Louis Laville).

A economia deve ser um serviço colocado ao dispor das necessidades humanas e não apenas um conjunto de atividades que tem unicamente um interesse individual e material. Deste modo consegue-se caminhar na direção de uma democratização económica, com visão sobre a reciprocidade e a redistribuição.

A difusão das expressões “social” e “solidária” na Europa e na América é mais um passo no sentido da pluralidade da economia. A ES dispõe de organizações com formas plurais e a economia solidária insiste na prática da pluralidade dos princípios económicos. Desde o início do século XX mais de 30 países dos vários continentes têm adotado políticas e legislações para colocar em marcha a sua prática.

Pode-se então concluir que a economia social e solidária encontra-se num caminho de afirmação da sua presença na história, uma expressão recente que procura conjugar antigas práticas e os novos desafios sociais, com mais potencial do que aquele que está à vista sendo essencial explorá-lo para melhor conceituá-lo e avaliar as suas capacidades.

Esta junção mostra como nenhuma delas retira validação da outra ou se considera melhor que a anterior, do ponto de vista histórico, mas sim como se complementam. Elas não são de facto o mesmo, mas lutam pelo mesmo. Trata-se do reconhecimento de uma origem comum e sobretudo passa por uma estratégia que desperta a urgência de uma aposta numa economia alternativa à que se sobrepõe (economia de mercado/capitalista) e não tem capacidade para assegurar os valores sociais, ao mesmo tempo que o Estado perde a capacidade de defender esses mesmos valores.

“O adjetivo social já não chega. Porque o (...) foco era o social, o foco era o promover a resposta a problemas sociais e promover uma solidariedade essencialmente social. (...) A economia solidária pretende sair do campo do social, mantê-lo no sentido de continuar a ser uma preocupação, mas sair, alargar e dar igual importância ao campo cultural, ao campo ambiental, ao campo territorial, ao campo cognitivo, ao campo político e ao campo ético” (Rogério Roque Amaro).

A economia social e solidária pretende atribuir às relações económicas uma abordagem baseada na cooperação, solidariedade e sustentabilidade.

“Essa sustentabilidade económica e política das organizações da economia social e solidária exige vitalidade democrática capaz de promover diversidade de iniciativas, combinando finalidades económicas, políticas, sociais e ambientais e as dimensões da economia privada, pública e social” (José Fialho Feliciano).

É importante salientar que este cenário só é possível quando ambas as economias (social e solidária) se respeitam mutuamente. A economia solidária tem um grande passo a dar no sentido do seu reconhecimento para poder colaborar conjuntamente com a ES (Rogério Roque Amaro).

III. Quadro genérico da pandemia Covid-19

Apresentados os conceitos-chave, esta parte começa por reunir um conjunto de dados e informações relativamente às consequências geradas pela pandemia no contexto socioeconómico português, bem como uma análise crítica da instabilidade provocada no estado social.

O capítulo 2 salienta as dificuldades vividas pelas organizações da ES percecionadas através de um inquérito da EAPN Portugal em parceria com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Inicialmente os resultados deste inquérito seriam para dar suporte de investigação ao primeiro capítulo, que expõe o contexto socioeconómico da pandemia, contudo o seu grau de interpretação fez-se merecedor de um ponto particularmente dedicado à sua análise.

Após a contextualização do impacto da pandemia, seguem-se as iniciativas que foram sucedendo por parte das instituições sociais (economia social) e também da sociedade civil (economia solidária).

Esta terceira parte termina com as considerações relativamente à problemática, e a proposta de alguns desafios sociais que podemos ter como certos num futuro próximo com vista à situação socioeconómica em que nos encontramos.

Toda a análise e resultados apresentados são baseados na informação disponibilizada até à data sobre este período histórico tão recente das áreas da sociologia e economia social e solidária.

1. Problemáticas da crise pandémica

As diversas instituições sociais que emergiram ao longo da história da ES estão presentes em praticamente todos os domínios da vida humana. Apesar da afirmação jurídica e dos vários apoios que lhes chegam, provenientes do Estado e outras entidades públicas ou privadas, concedendo-lhes um carácter duradouro, a verdade é que a luta pela sobrevivência é uma constante diária.

É sobretudo em períodos de crise económica que estas instituições sociais se sentem abaladas, ao verem escassear os seus apoios estatais e recursos financeiros provenientes de donativos, bem como recursos humanos. Quando ainda mal havíamos recuperado da última crise económica nacional de 2010/2014, proveniente da crise mundial de 2007/2008, somos assolados por uma crise de natureza pandémica mas igualmente profunda para os fundos financeiros das instituições sociais.²²

O primeiro critério que torna esta crise mais perigosa que uma crise económica é a sua imprevisibilidade. As crises económicas são cíclicas e frequentes, portanto é presumível que elas mais tarde ou mais cedo aconteçam e do mesmo modo aliviem. Esta condição coloca-nos num momento histórico em que estamos capacitados para apresentar respostas imediatas e até previamente definidas para quando entramos nestes ciclos de crise.

Em segundo lugar a crise pandémica é invisível. Não a conseguimos ver mas conseguimos sentir o seu impacto, nomeadamente no contexto social, o que leva ao terceiro aspeto negativo da crise pandémica: a combinação de fatores biológicos (mais urgentes) e sociais (colocados para segundo plano em prol da diminuição da propagação do vírus).

Por estas razões é comum pensarmos que a crise pandémica é democrática no sentido em afeta toda a sociedade, excluindo critérios culturais, sociais, demográficos, geográficos ou económicos que por norma estão implícitos num dado grupo atingido por uma crise económica. Contudo esta interpretação não está 100% correta, pois independentemente do nível de contágio a probabilidade de falecer infetado pelo coronavírus ou ficar com graves sequelas está relacionado com a capacidade e recursos disponíveis para nos defendermos deste.

À semelhança de outras catástrofes a que somos expostos (inundações, terremotos, tsunamis, erupções vulcânicas, etc) as nossas condições de vida capacitam-nos para nos protegermos. No caso da pandemia a capacidade de nos protegermos prende-se com a possibilidade de recolhimento domiciliário em função do emprego (possibilidade de desempenhar as funções em regime de teletrabalho, ou não), habitação digna para cumprir isolamento profilático, evitar transportes públicos (para quem não possui transporte próprio encontrava-se em maior contacto com outras pessoas), a correta higienização (no caso dos sem abrigo e grupos nómadas é escassa) e ainda um critério que se revelou importante nesta pandemia, os seguros de saúde (a dada altura os próprios seguros de saúde alteraram as suas condições para que os beneficiários podem-se usufruir de todos os

²² De acordo com um estudo da Católica Lisbon School of Business & Economics no início de 2020 foi anunciado que Portugal tinha alcançado o primeiro excedente orçamental desde 1974 e o desemprego regressou aos níveis de 2004, valore imediatamente antes da crise financeira nacional.

cuidados de saúde sem se deslocarem aos hospitais onde se encontravam grandes concentrações de infetados).

Antes de avançarmos nesta questão da problemática importa referir, de forma abreviada, algumas razões consideradas favoráveis ao controlo da situação pandémica em território nacional, e em contraste as razões que levaram, num certo momento, ao agravamento da situação.

Razões para a situação pandémica (fatores biológicos) em Portugal não ser agravada:

- Baixa densidade populacional (menos concentração em transportes e espaços públicos interiores e exteriores)
- Cobertura via terrestre apenas por uma frente (Espanha)
- Resposta do Estado, decretando o recolhimento domiciliário
- Aceitação das medidas de contingência (uso de máscara/viseira)
- Aceleração do processo de vacinação (task-force)

Razões que agravaram a situação pandémica (fatores biológicos) em Portugal:

- Elevada exposição dos trabalhadores dos setores primário e secundário (durante a pandemia foram até encontrados alguns grupos de trabalhadores ilegais a viver em condições deploráveis)
- Cobertura via marítima a sul de Portugal com entrada frequente de refugiados que vêm em busca de uma vida melhor (situação já frequente em tempos anteriores à pandemia)
- Resistência ao confinamento (algumas ações da GNR impediram a livre e desnecessária deslocação de vários cidadãos em território nacional, nos períodos em que esta constituía uma contraordenação decretada em AR. As autoridades também foram dando conta de algumas festas e encontros ilegais)

1.2. Contexto económico e social

A rápida aceitação das medidas de contingência, nomeadamente o distanciamento social, foram a principal causa das alterações nos nossos comportamento sociais e conseqüente declínio na capacidade de resposta das instituições sociais. Estas medidas de “distanciamento social” e dever de recolhimento domiciliário surgem da concentração de esforços em priorizar a saúde para poupar vidas e permitir um eficaz funcionamento do SNS.

Acontece que o dever de recolhimento domiciliário ao se tornar de carácter obrigatório arrastou para um processo de *lay-off* vários trabalhadores, patrões e famílias que não tinham capacidade de desempenhar as suas atividades profissionais à distância (mais propriamente serviços como mecânicos, cabeleireiros e estética, indústria mecânica e similares, o comércio local que estava vetado de ter as portas abertas ao público, entre outras). Independentemente destas medidas adotadas pelo Estado, foram várias as empresas que entraram em processos de insolvência pela incapacidade de manterem os seus custos fixos (rendas, contratos com fornecedores, prestação de serviços como luz, água, gás e ainda os ordenados dos seus colaboradores) sem obterem qualquer lucro da sua atividade produtiva. Neste momento encontramos o segundo foco de preocupação por conta das políticas de confinamento: uma crise económica. Durante meses as preocupações do governo centraram-se no equilíbrio dos dois pratos da balança, de um lado a economia, do outro a saúde.

Numa economia contemporânea de larga escala consumista assistimos repentinamente a um mundo paralisado em que os centros comerciais e lojas de comércio local estavam encerrados, sendo apenas possível frequentar hipermercados, supermercados e minimercados, farmácias e equiparadas para comprar o essencial. A dada altura até o acesso a bens têxteis e artigos de livraria foram proibidos de comercializar, considerando-os supérfluos, como se a literatura, cultura e o simples ato de gerar vida ou o crescimento de uma criança fossem banidos dos nossos contextos sociais. Ficou ainda proibido o acesso a espaços de culto bem como a sua prática em grupo, a livre circulação dentro do país, manifestações, cerimónias, espetáculos, festas e o acesso a espaços de hotelaria e turismo (restaurantes, bares, cafés, hotéis, alojamento local, parques temáticos, etc.) e de saúde (ginásios, estúdios, clubes e associações desportivas, etc.). A dimensão da vida como a conhecemos havia desaparecido e estávamos limitados a viver dentro das nossas próprias casas.

Muita é a especulação sobre as mudanças nos contextos económico e social num período pós-covid. A maioria dos autores reconhecem que a economia poderá voltar a funcionar, mas não da mesma forma, assumindo uma maior instabilidade, injustiça e limitações em termos de inovação. Em todo o caso esta pandemia fez-nos ter uma perceção das fragilidades dos nossos sistemas político, económico e social. Quando achávamos que tudo estava controlado, eis que surge a incapacidade de respostas que não haviam sido previamente planeadas.

Entre os vários ensinamentos que esta pandemia nos veio transmitir, foi perceptível num primeiro momento a consciência do efeito que os nossos atos podem ter “no outro”. Foi

através desta interdependência social que, na incapacidade de alargar as suas respostas junto da comunidade e em especial nas situações mais vulneráveis, as instituições encontraram um apoio fundamental. Prática que consideramos, corretamente, de economia solidária, mas mais que isto é preciso ter perceção que estas iniciativas são a economia popular a resistir ao longo dos tempos a uma competição e individualismo gerados pelo princípio do mercado e pelas sociedades capitalistas em que temos vivido.

“Por isso, há que valorizar o potencial de mudança emancipadora das respostas solidárias populares e das outras economias cuja racionalidade assenta na melhoria da vida das pessoas e no cuidado pelos outros” (Pedro Hespanha).

É no sentido de enfrentar os problemas gerados pelo impacto da pandemia que vários agentes da comunidade se mobilizaram, dando início a um conjunto de atividades da economia solidária. Todas estas respostas podiam ser imprevisíveis uma vez que foi imposto o “distanciamento social”. Acontece que esta expressão foi desde o início mal empregada, pois o distanciamento a que estivemos sujeitos, e ainda nos encontramos, é apenas físico como método de abrandamento da propagação do vírus, e não social no sentido em que corta as nossas relações enquanto sociedade. À primeira vista as nossas vidas submersas pelas rotinas acabaram por ganhar espaço para o social e para o convívio com o agregado familiar e restante família e amigos através dos canais de comunicação tradicionais e digitais. Porém iremos verificar que um longo período de confinamento revelou-se devastador para as nossas interações sociais.

1.3. Graus de vulnerabilidade ao vírus

Relativamente ao risco de exposição ao coronavírus, a primeira linha de preocupação é ocupada não só pela população de baixa imunidade e reduzidas defesas, mas também pelos idosos que se encontram institucionalizados em lares ou outras ERPI, e por aqueles que vivem isolados sem qualquer contacto ou apoio da família ou de redes de apoio e solidariedade²³. Também o pessoal médico, enfermeiros, auxiliares de saúde, bombeiros, equipas de apoio domiciliário, polícia e outras forças de segurança estão integrados neste primeiro patamar. Sem esquecer os sem-abrigo que não dispõem de condições para efetuar o recolhimento domiciliário e cumprir a normas de higienização. O trabalho que várias

²³ Independentemente de Portugal ser um dos países com uma maior taxa de envelhecimento (população considerada de primeiro grau de vulnerabilidade), ao lado de outros na mesma situação, não é dos que possui a maior taxa de mortes associadas à covid-19, o que indica que as desigualdades de recursos se sobrepõem às desigualdades vitais (Therborn, 2006). Países com menos recursos para se protegerem tendem a ter uma maior taxa de mortalidade associada, em qualquer um dos graus de vulnerabilidade (Ilustração 1).

instituições têm desenvolvido é glorioso para a proteção destes últimos, mas existe ainda uma resistência da parte de alguns sem-abrigo em frequentarem e pedirem auxílio a estas instituições, seja por vergonha ou por insistência num estilo de vida de “mendigagem” onde predomina a ausência de compromissos e regras.

Na segunda linha de vulnerabilidade encontra-se toda a população que está sujeita ao confinamento domiciliário e que, em momentos de levantamento de restrições, precisam de se dirigir aos seus postos de trabalho.

É possível ainda acrescentar uma terceira linha onde está inserida a parte da população que se encontra em teletrabalho e que o meio de transmissão do vírus é unicamente os contactos pessoais com indivíduos pertencentes às outras linhas de vulnerabilidade.

1.4. Apreciação crítica da instabilidade

Em contexto de pandemia a preocupação não passa só pela conservação e defesa da saúde individual e pública, mas também pelas consequências das medidas preventivas adotadas que neste caso variam entre medidas básicas de proteção e o confinamento obrigatório, com penalizações em caso de incumprimento. As respostas de que as entidades pareciam estar capacitadas revelaram-se insuficientes.

“Qualquer quarentena é sempre discriminatória, mais difícil para uns grupos sociais do que para outros e impossível para um vasto grupo de cuidadores, cuja missão é tornar possível a quarentena ao conjunto da população” (Boaventura de Sousa Santos).

De seguida são observados 8 domínios em que a pandemia nos provou que afinal não estávamos preparados para o desconhecido.

Legislação

Os trabalhadores, patrões e empresas são quem mais tem sentido as alterações nas leis desde o início da pandemia. Quando, em 2019, tinham sido realizadas alterações ao código do trabalho, 2020 trouxe consigo uma pandemia que exigiu um conjunto de novas alterações, ainda mesmo das anteriores poderem ser colocadas em prática e avaliadas.

Nem todas as empresas e serviços públicos estavam preparados para laborar em regime de teletrabalho, apesar de esta legislação constar desde 2009 (Lei n.º 7/2009). De carácter facultativo até à data, os patrões viram-se repentinamente obrigados a disponibilizar os equipamentos técnicos indispensáveis à prática da atividade em regime de

teletrabalho e a assumir o pagamento das despesas inerentes. Novos cenários como a privacidade dos trabalhadores dentro das suas casas, a proteção em caso de acidentes em contexto de trabalho e situações contratuais para novos empregados geraram polémica e muitos patrões viam as leis beneficiar e proteger os funcionários, tornando a situação desequilibrada para o seu lado.

Na tentativa de dar resposta imediata, as situações regulares foram sendo abrangidas pela legislação, mas houve algumas situações profissionais que foram “caindo pelos buracos” dos pequenos “retalhos” que a legislação laboral ia sofrendo.

Desde março de 2020 que a situação pandémica tem vindo a exigir várias medidas extraordinárias, não contempladas na legislação em vigor. No *website* oficial do Diário da República Eletrónico estão contempladas, de forma cronológica, todas as medidas excecionais e temporárias, entre elas despachos, portarias, resoluções dos conselhos de ministros, leis, decretos, decreto-lei, deliberações e consequentes declarações de retificação relativamente às empresas e atividades económicas, saúde, proteção social, de âmbito local e regional, estado de emergência e situações de calamidade, alerta ou contingência, transportes e mobilidade, serviços públicos, cultura e desporto, educação e formação e outras genéricas. À medida que a situação evolutiva da pandemia se ia avaliando, algumas destas medidas iam sendo revogadas entre avanços e recuos na retoma da normalidade. Estas constantes alterações foram a principal causa que tornou dificultosa a tarefa de muitas atividades económicas em criar estabilidade financeira, com influência direta sobre a económica do país e o orçamento familiar dos portugueses.

Economia do país

De acordo com o Banco de Portugal²⁴ o endividamento das empresas em Portugal aumentou, sobretudo nos setores do comércio e indústria em 8,6% e alojamento e restauração em 7,4%. Muitas pequenas e médias empresas consideraram a situação inoportável, o que levou ao seu encerramento, sobretudo no comércio local que já havia entrado há muito tempo num processo de “compressão” por parte das grandes superfícies comerciais. Em contrapartida o endividamento do setor da eletricidade e abastecimento de águas diminuiu em quase 12%.

Em média, 20% das empresas portuguesas dependeram dos apoios do Estado para fazer frente às despesas fixas das suas atividades.

²⁴ Dados relativos ao ano 2020.

O confinamento geral e encerramento da maioria das atividades económicas conduziu ao decréscimo dos impostos sobre o consumo e resultantes da atividade empresarial, e em contrapartida as contribuições do Estado aumentaram ao encarregarem-se das situações de *lay-off*, desemprego, moratórias de crédito e pagamento de rendas que se substituíram aos rendimentos das famílias provenientes do trabalho.

No final do ano de 2020 a dívida pública era superior à de período homólogo do ano anterior, em cerca de 20,4 mil milhões de euros.

Economia familiar

A gestão das economias e poupanças das famílias portuguesas dificultou-se no geral, com maior preocupação para as aquelas que já apresentavam carências económicas.

Com o recolhimento domiciliário todas as refeições do dia passaram a ser feitas e consumidas em casa, aumentando as despesas de água, gás e supermercado. Ambos os períodos de confinamento geral coincidiram (por força da transmissibilidade de vírus em ambientes frios) com os períodos de inverno de 2020 e 2021, o que fez disparar as faturas de eletricidade²⁵ para manter as casas aquecidas. Também as modalidades de teletrabalho e a ensino à distância exigiram bastante deste recurso, assim como da internet que acabou por mostrar incapacidade de dar resposta com a quantidade de pessoas *online*.

A maioria das medidas implementadas deixou desprotegidos muitos dos trabalhadores independentes e pequenos empresários, mas também afetou as grandes indústrias e as pequenas e médias empresas que prescindiram de muitos colaboradores, nomeadamente os que se encontravam em situações de trabalho precário através de contratos com empresas externas ou em regime de recibos verdes. As situações de *lay-off* diminuíram também os rendimentos das famílias, uma vez que passaram a receber apenas 70% do seu rendimento, mas as despesas aumentaram em função dos consumos. Apenas a partir do dia 1 de janeiro de 2021 o *lay-off* passou a ser pago na totalidade.

Em virtude deste cenário o número de pedidos de ajuda junto dos programas de apoio alimentar, pagamento de despesas de saúde e farmácia, despesas domésticas (água, eletricidade, gás, rendas) aumentaram, assim como os níveis de endividamento das famílias portuguesas.

²⁵ O que justifica, em conjunto com a água, a descida acentuada do endividamento do setor da eletricidade e distribuição de águas.

Para além destas dificuldades económicas provenientes da situação laboral, cerca de 26 mil famílias em Portugal foram identificadas como urgentes em processo de realojamento durante a pandemia, por não possuírem condições de habitação adequadas nem posses monetária para as melhorias da situação, dado o endividamento na procura de habitação própria.

Saúde

As falhas na estrutura do SNS são um tema constante, e a crise pandémica veio agravar a situação crítica, revelando que este não se encontra devidamente preparado. Sobretudo na segunda vaga que surgiu de forma repentina e os hospitais viram-se obrigados a construir um plano de medidas exigentes, num curto espaço de tempo, o que deixou o SNS à beira do colapso. Faltou recursos (nomeadamente ventiladores e macas), médicos e enfermeiros faziam horas extraordinárias, as ambulâncias enfrentavam esperas intermináveis em fila, junto aos hospitais até poderem deixar os pacientes que transportavam, os espaços exteriores dos hospitais ficaram preenchidos por tendas de triagem em que os médicos tinham a difícil tarefa de decidir quais os doentes que assistiam primeiro, em função dos seus níveis de oxigénio e temperatura corporal, face aos recursos disponíveis para prestar assistência. Salvou-nos a solidariedade europeia com a disponibilidade de receção de doentes portugueses para hospitais da Áustria e o apoio de equipas médicas Alemãs que trouxeram consigo mais equipamentos médicos necessários.

Todo este cenário caótico que se viveu nos hospitais portugueses exigiu recursos humanos das mais variadas especialidades²⁶, colocando à margem o devido acompanhamento de doentes crónicos e o aumento das já tão conhecidas listas de espera para cirurgias e consultas de rotina. O setor privado da saúde desempenhou aqui um papel importante ao ficar responsável pelo acompanhamento destes utentes sem covid, e as seguradoras alargaram os pré-requisitos dos seus seguros aumentando a facilidade de ficar abrangido, nomeadamente nas camadas mais idosas.

Os centros de saúde que poderiam ter sido um forte aliado na prevenção e acompanhamento de utentes portadores de outros padecimentos, por forma aliviar os hospitais, acabaram por entrar num completo descontrolo com falta de pessoal médico e administrativo, provocando um profundo descontentamento da população a nível nacional.

²⁶ Acrescendo o facto de que os profissionais estão incluídos no primeiro grau de vulnerabilidade e 10% do pessoal médico encontrava-se a cumprir isolamento por estarem infetados.

As estatísticas deram ainda conta de um fenómeno que se começava realçar: “o medo da saúde”. O INE analisou as certidões de óbito no período de 2 de março a 1 de novembro de 2020 e concluiu que cerca de 31.124 óbitos ocorreram fora do contexto hospitalar. Uma ínfima parte corresponde às mortes em instituições e na rua, o que significa que as pessoas deixaram de procurar cuidados médicos junto dos hospitais com medo de contrair o vírus. Nos primeiros meses da pandemia a taxa de ocupação de camas nas áreas de doentes não covid estava entre os 20% e 30%, quando o normal é de 98% a 100%.

Cultura

O acesso a espetáculos, eventos desportivos e espaços lúdicos e culturais foram precocemente proibidos e de forma generalizada, causando incerteza relativamente aos compromissos e processos contratuais dos artistas (entidades privadas que já haviam pago para os artistas exibirem as suas criações) e outros profissionais da cultura. De facto os apoios públicos provenientes do Estado revelam-se desajustados e desequilibrados, agora que analisamos o setor da cultura. Todas as medidas tomadas foram as necessárias ao combate à pandemia, contudo podemos encontrar no verso da medalha a situação instável dos artistas que não possuem rendimentos de sustentabilidade, condicionando também o futuro do seu processo criativo.

Quando já a maioria dos setores de atividade começavam a desconfinar, a cultura foi sendo deixada na retaguarda, e assistiu a uma tardia recuperação ainda que com bastantes limitações. Os momentos de celebração coletiva que estão subjacentes às práticas culturais, nomeadamente no desporto e espetáculos de grande envergadura foram a principal causa para estas incertezas. Lembrando também que os museus, cinemas e salas de espetáculos pertenciam à última fase de desconfinamento, quase que até conferindo uma falta de segurança em frequentar espaços de cultura. Apenas no caso do futebol, também por conta de toda a envolvente económica que gera, as competições profissionais foram retomadas, ainda que à porta fechada inicialmente.

Os próprios programas de televisão sofreram alguma contenção no que respeita ao público presente na plateia, convidados, concursos sob inscrição e contactos entre profissionais da apresentação e jornalismo, o que também provocou uma mudança estrutural na cultura e comunicação social portuguesa.

O impacto na interrupção do setor turístico também teve uma certa influência na cultura no que compete a visitas em museus, monumentos e outros patrimónios culturais.

As plataformas digitais revelaram-se importantes na medida em que proporcionaram a entrada de diversos artistas nas casas dos portugueses, visitas virtuais a museus e outros espaços de cultura, entre outras pequenas iniciativas que os artistas foram dinamizando.

A última pandemia que o mundo vivenciou foi há cerca de 100 anos, um período em que a cultura não se manifestava de igual modo nem implicava o conjunto de recursos e estruturas necessários atualmente, desde logo a cultura ter sido o setor mais afetado e incerto nas medidas avançadas pelo Estado. Por outro lado espelha como o trabalho dos artistas e outros profissionais da cultura continua a ser pouco valorizado um século depois.

Acesso a bens e serviços

A disponibilidade e distribuição de bens e serviços de primeira necessidade foi uma prioridade, enquanto o comércio de artigos considerados supérfluos manteve-se ativo apenas através da modalidade de lojas *online*. Todos os espaços de venda destes artigos foram encerrados por forma a evitar uma concorrência desleal, porém a realidade de algumas empresas de comércio local não dispõem de lojas *online* ou outros espaços na internet para continuar os seus processos de venda, ao contrário do que acontece com os *franchisings*, é que tornou a situação numa concorrência desleal.

Com mais de 80% da população ligada à internet e com famílias inteiras que dependiam deste serviço para continuarem a desempenhar as suas funções, esta ficou subcarregada e revelou ser um dos maiores fracassos em termos de utilização. Algumas famílias dispunham de pacotes sem capacidade para aguentar a quantidade de ligações que foram exigidas.

Máscaras de proteção individual e soluções de álcool-gel, produtos que passaram a ser essenciais na nossa rotina, e à semelhança do que ocorreu em outras epidemias, numa primeira fase a procura aumenta em relação à oferta, por via dos açambarcamentos, o que faz disparar os preços praticados. Estes mesmos açambarcamentos foram uma preocupação no início da pandemia, que deram origem a vários apelos à comunidade. Muitas pessoas fizeram desaparecer artigos de higiene e enlatados das prateleiras dos supermercados assim que surgiram as primeiras notícias de um possível confinamento, com a ideia de reunir o maior número possível de mantimentos com extensos prazos de validade, para se manterem nas suas habitações sem precisarem de sair por um longo período de tempo. Atitudes individualistas que foram alvo de críticas, uma vez que nunca foi colocado em causa o encerramento das superfícies comerciais.

No que compete aos serviços públicos, os espaços de repartições de finanças, tribunais, espaços cidadão, conservatórias, entre outros, foram encerrados, ficando apenas a funcionar via *e-mail* ou contacto telefónico. Toda esta situação atrasou muitos processos ao abrigo destas instituições e dificultou o seu normal funcionamento considerando que toda a vertente burocrática do nosso país se manteve.

No capítulo seguinte é perceptível como as próprias instituições que estão encarregues de fornecer as respostas sociais à comunidade, veem a sua capacidade de resposta diminuir em relação ao aumento dos pedidos de ajuda, derivada à falta de acesso a bens e serviços imprescindíveis à sua atividade.

Gestão familiar

As novas rotinas impostas pelo confinamento aumentaram o nível de exigência na gestão familiar, sobretudo para as mulheres que tiveram os filhos a tempo inteiro em casa, concretizando o seu papel “doméstico” e familiar no que compete ao apoio e educação dos filhos, em simultâneo com o horário laboral. Deste modo é possível identificar o género como influência na afetação da pandemia, criando uma maior desigualdade de género que incide sobre a discriminação dos papéis das mulheres na dinâmica familiar e acréscimo das exigências. Também no que compete ao apoio junto dos idosos da família foram as mulheres que mostraram um auxílio fundamental.

No caso do cumprimento de isolamento por infeção do coronavírus, a situação de gestão familiar fica ainda mais agravada. Principalmente nas famílias que não possuem condições dignas de habitação e higienização para evitar a propagação do vírus aos restantes elementos. A verdade é que os conselhos da DGS e OMS, entre outras entidades para o tratamento de indivíduos infetados deturpava toda a gestão familiar para prestar auxílio ao elemento infetado e exigia uma grande capacidade de proteção individual e higienização dos espaços comuns da habitação.

O recolhimento domiciliário apresentou numa primeira fase um momento de potencial reencontro entre os elementos dos agregados familiares. Mergulhados nas suas diversificadas rotinas, aparece a oportunidade do convívio em família sem exigências nem pressas, recuperando a harmonia. Contudo, a longo prazo esta revelou-se como potenciadora de conflitos. Deste modo a nossa sociedade assistiu a dois fenómenos opostos e característicos destes dois extremos, intitulados pela comunicação social e pela

própria comunidade como “*covidivorce*”²⁷ e “*coronababies*”²⁸. Este resultado das mudanças estruturais das famílias diz muito sobre a capacidade que cada um tem para se adaptar ao convívio 24 horas fechados, podendo ele ser positivo ou não, o que evidencia algumas implicações ao nível da saúde mental.

Ainda no que compete à gestão familiar, não podemos esquecer os idosos institucionalizados, devido ao fraco auxílio que a família pode prestar em situações de dependência. Muitos deixaram de poder receber visitas e de ter o afeto dos seus familiares. Isto desgasta emocionalmente não só os familiares que se viram obrigados a afastar, como também os próprios idosos, muitas vezes em fases de demência que não podiam compreender o que se estava a passar.

Importa igualmente salientar os profissionais de saúde e outros profissionais incluídos na linha da frente do combate à pandemia que foram muitas vezes impossibilitados de estar com as suas famílias, o que afetou as suas dinâmicas familiares.

As incertezas que a pandemia provoca na situação socioeconómica das famílias, evidenciando as suas fragilidades levaram 116 mil cidadãos a recorrer à linha SOS-criança só no primeiro mês de recolhimento domiciliário, inclusive adultos para partilharem as suas preocupações e denunciarem potenciais situações de risco.

O domínio analisado em seguida é o da educação, e a dependência que as aprendizagens das crianças e adolescentes tiveram do seu contexto familiar ditou uma das maiores dificuldades na gestão familiar.

Educação

A maioria das escolas não estava preparada para uma resposta rápida e eficaz no ensino à distância. Esta nova realidade destacou as desigualdades sociais entre alunos, pois nem todos dispunham de equipamentos para estar *online*²⁹ e simultaneamente as escolas não apresentavam recursos para fornecer esse apoio. Relativamente à internet deparámo-nos

²⁷ Este termo intitula o fenómeno do aumento de número de casos de divórcio que surgiram durante e imediatamente após os períodos de confinamento.

²⁸ Nome do fenómeno em torno da nova geração de bebés que foram concebidos ou nasceram nos períodos de confinamento.

²⁹ Os últimos dados relativos aos agregados familiares que possuem equipamentos informáticos são de 2017 e indicam que apenas 71,49% da população portuguesa tinham pelo menos um computador em casa (Ilustração 2). Relativamente ao acesso à internet apenas mais 3,6% da população usufruiu deste serviço no primeiro ano de pandemia, tendo crescido mais 2,8% para o presente ano (Ilustração 3). Estes dados de acesso à internet são satisfatórios, contudo não quer dizer que as famílias disponham de computadores para aceder às plataformas de ensino à distância.

com o mesmo problema uma vez que a qualidade desta era um fator decisivo para um correto acompanhamento das aulas e momentos de avaliação.

No que respeita ao pessoal docente existe uma grande parte, principalmente nas faixas etárias mais envelhecidas, sem qualificação nem domínio dos dispositivos eletrónicos e das próprias plataformas de ensino. A formação em literacia digital no ensino português não constitui uma obrigatoriedade, ao contrário do que acontece em outros países.

A interação social também diminuiu, com alunos retraídos atrás dos seus ecrãs e muitas vezes sem se fazerem ver ou ouvir durante as atividades letivas. As próprias atividades a que estavam habituados com dinâmicas em grupo foram temporariamente colocadas de parte pelo distanciamento físico, tendo consequências proporcionais no desenvolvimento cognitivo e social das crianças e adolescentes, o que poderá vir a ter um impacto no contexto social futuro.

Em alguns anos de escolaridade (nomeadamente no ensino secundário) os alunos mantiveram as aulas presenciais, o que também levou a um descontentamento por parte dos pais, pois encontrava-se toda a família em recolhimento domiciliário e os filhos que frequentavam estes anos de escolaridade continuavam expostos ao risco e com a possibilidade de transportarem o vírus para casa.

2. Impacto da pandemia no trabalho das instituições sociais

A crise pandémica tem afetado vários indivíduos e famílias, quer já se encontrassem em situações vulneráveis, ou não, mas este capítulo é dedicado à outra margem da problemática: as instituições que fornecem as respostas sociais. Que impactos terão percecionado no seu trabalho diário?

Para dar resposta a esta questão foi utilizado o inquérito da EAPN Portugal em parceria com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social que esteve disponível entre 22 de Abril e 2 de Maio de 2020. Mais de 800 instituições sociais, de terceiro setor ou públicas responderam com o objetivo de reunir um conjunto de preocupações e dificuldades comuns para a procura de soluções conjuntas e eficazes.

A participação no questionário não constituiu uma obrigatoriedade e portanto a sua amostra é aleatória, podendo estar os resultados influenciados pela natureza do projeto das organizações. Existe ainda uma percentagem elevada (acima de 60%) de não respostas por parte das instituições que trabalham com grupos específicos como as pessoas que se dedicam à prostituição, reclusos, população imigrante, população imigrante em situação irregular, requerentes de asilo e refugiados, pessoas vítimas de violência de género e pessoas sem-abrigo (que vivem na rua, acampados ou abarracados), todavia atribui-se um menor peso aos resultados destas instituições.

De acordo com os dados obtidos, o contexto em que a pandemia nos colocou teve um impacto entre forte e extremamente forte na população portuguesa abrangida, independentemente, do género ou grupo etário. Entre 63% e 92% das organizações consideraram haver um impacto igual ou superior a 4 (numa escala de 1 a 6) para os diferentes grupos sociodemográficos e mais de 50% consideraram existir um impacto muito forte ou extremamente forte (5 ou 6) nos diferentes grupos, com exceção dos bebés e crianças dos 0 aos 5 anos.

No sentido oposto, destacam-se as pessoas idosas onde mais de 90% das instituições percecionam um impacto forte (entre 4 e 6), das quais mais de 50% considera que o impacto é extremamente forte (6 valores).

Relativamente às camadas mais jovens o impacto tem uma variação proporcional à diminuição das faixas etárias. Nos adolescentes dos 15 aos 17 anos classificaram com uma média de 4.6 valores, nas crianças dos 6 aos 14 anos com 4.5 valores e na primeira infância (dos 0 aos 5 anos) com 4.0. Esta variação terá possivelmente por base a perceção que têm do confinamento e do contexto envolvente. À medida que aumentam as idades, corresponde

um aumento do grau de preocupação e exigência a nível escolar e familiar, mas também a necessidade de interação social fora do contexto familiar.

Se considerarmos a dimensão de género, por outro lado, mais da metade das organizações (69%) considera que existe um impacto de muito forte a extremamente forte nas mulheres (5 a 6), um valor claramente superior à perceção desse impacto na população masculina (57%). Em média, as Organizações atribuem um impacto de nível 4.8 nas mulheres e de 4.5 nos homens.

2.1. Evolução dos problemas sociais em contexto de pandemia

Questionadas sobre a evolução das dificuldades dos indivíduos que acompanharam, a maioria das instituições detetou o acesso a material de proteção individual (48%) e a diminuição dos rendimentos do agregado familiar (41%) como as maiores problemáticas, ambas com 4.9 valores da escala. Possivelmente existe uma associação entre ambas na medida em que o aumento generalizado dos preços de EPI's e o baixo rendimento dificultaram o acesso a estes produtos.

A diminuição do rendimento do agregado familiar tem igual influência sobre o aumento da privação material e social³⁰ (35%) que vem logo em seguida com uma classificação de 4.8 valores, juntamente com a solidão e problemas de saúde mental³¹ (39%).

Num segundo nível de intensidade, as organizações destacaram a problemática das situações de desemprego, aumento de trabalho precário ou menos horas de trabalho remunerado³² (34%) e a dificuldade no acompanhamento do ensino/escola (66%) com uma média de 4.7 valores da escala. De facto esta dificuldade do acompanhamento dos filhos na situação escolar está diretamente relacionada com outras problemáticas, como o transtorno da conciliação das responsabilidades familiares, domésticas e laborais, classificada com 4.5 valores (58%) e a dificuldade em aceder a outros bens e serviços importantes para o bem-estar do agregado, classificada com 4.4 valores (55%).

Ao analisar grupos sociais específicos, 45% das organizações que trabalham com pessoas sem-abrigo consideram um aumento significativo na dificuldade de acesso a centros de

³⁰ Mais notado em organizações que trabalham com pessoas sem-abrigo, toxicodependentes, e portadores de HIV/SIDA.

³¹ As organizações que mais destacam esta problemática são as que trabalham com pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico, toxicodependentes, vítimas de violência doméstica e sem-abrigo. Em contrapartida as que menos identificaram este critério como uma problemática são as que trabalham com crianças e jovens (especialmente em situações de perigo), ainda que a percentagem cresça um pouco (32%) quando se trata de crianças e jovens com deficiências.

³² Cortes de remuneração ou horário de trabalho e situações de *lay-off*.

acolhimento para sem abrigo e/ou exclusão residencial. As estatísticas mostram que a classificação média atribuída é 3.6 valores, contudo quando são analisadas unicamente estas organizações a média sobe para 6 valores, com cerca de 1/3 considerar esta dificuldade de ordem preocupante.

Para as organizações que trabalham com indivíduos em situações de toxicodependência, estas classificaram em 4.1 a dificuldade no acesso aos serviços de tratamentos (45% das instituições, sendo que 25% considerou esta dificuldade de aumento elevado), e em 4.0 valores a dificuldade em manter a adesão dos indivíduos relativamente aos tratamentos (40%).

Já para as organizações que trabalham com outras dependências classificaram com 3.9 valores a problemática da deterioração da situação de saúde (40%) e a dificuldade de acesso aos serviços de saúde ou medicamentos no âmbito das doenças crónicas, com uma classificação média de 4.1 (43%). Estes resultados são a consequência das falhas que encontramos no funcionamento do SNS, que não foi capaz de dar continuidade às respostas da população que já era acompanhada regularmente.

Também as organizações que trabalham com idosos e crianças e jovens com deficiências insistem nesta última problemática, com 40% a considerar uma preocupação entre 5 e 6 valores da escala.

Por último, mas não menos consideráveis, estão as problemáticas da superlotação, insalubridade ou fracas condições de habitação classificada com média de 3.5 pontos da escala e as situações de violência, incluindo a violência de género com a menor classificação, 3.4 valores. Contudo quando analisada esta última problemática, considerando apenas as organizações que trabalham com um público exposto à violência (31%) a classificação é de 4 valores. Na verdade a sociedade ainda não se encontra totalmente desperta para a violência de género, aparecendo aqui com a classificação mais baixa no global, mas significativa dentro das instituições que trabalham neste âmbito. Apesar disso conseguiram identificar as dificuldades da conciliação das responsabilidades familiares, domésticas e laborais quando na maioria estas estão associadas ao género feminino.

2.2. Situação crítica dos grupos vulneráveis

Através dos resultados obtidos que os grupos vulneráveis apontados como os mais afetados pela crise pandémica são os trabalhadores com vínculos precários (com média de 5.4

valores em que 60% se posiciona no valor 6) e as pessoas idosas que vivem isoladas (com igual média de 5.4 e 58% das organizações a posicionarem-se no valor 6).

Logo em seguida estão os desempregados (55% posicionou-se no valor 6), as famílias numerosas em situação de pobreza e/ou superlotação (52% posicionou-se no valor 6) e as famílias monoparentais em situações de pobreza ou sem redes de apoio (52% posicionou-se no valor 6), todas classificadas com uma média de 5.2 valores. Relativamente a estas duas últimas situações de vulnerabilidade, poderão estar associadas às questões de desemprego e quebra de rendimentos, mas também ao encerramento dos serviços de educação. O encerramento dos centros de dia, tendo em conta o grau de vulnerabilidade das pessoas idosas em relação à exposição ao coronavírus, também levaram a um reajuste na dinâmica familiar e a uma maior permanência nas habitações, relacionando esta problemática com a das pessoas idosas que vivem isoladas.

Um outro grupo vulnerável considerado pelas organizações como elevadamente exposto aos impactos da pandemia foi o dos cuidadores informais de pessoas que necessitam de cuidados permanentes, com uma média de 5.1 valores (44% posicionou-se no valor 6). Do mesmo modo que os centros de dia encerraram, também alguns equipamentos de apoio na saúde e outras respostas sociais seguiram o mesmo caminho, passando os cuidadores informais a ter uma responsabilidade acrescida, o que aumentou o seu grau de vulnerabilidade, uma vez que foram forçados a abdicar das suas atividades profissionais para prestar apoio aos familiares. O mesmo se verifica em pessoas com deficiências ou incapacidades, um grupo classificado com uma média de 4.8 valores.

O quarto de vulnerabilidade engloba a população imigrante em situação irregular (média de 4.7), as pessoas sem-abrigo (média de 4.6, e sobe para 5.1 quando consideradas apenas as organizações que trabalham com este indivíduos), a população imigrante, requerentes de asilo e refugiados (média de 4.6) e a população cigana com condições precárias de vida (média de 4.6). No fundo este grupo é o que tem mais dificuldade em se proteger não só pela língua e cultura, mas também pelas escassas condições de habitação e higienização a que estão sujeitos.

À semelhança da perceção do processo evolutivo das suas dificuldades, as vítimas de violência de género surgem no fim das estatísticas relativamente ao impacto de a crise pandémica exerce nas suas vidas (média de 4.5), acompanhadas dos jovens integrados em respostas de acolhimento institucional (média de 4.2) e das pessoas que se dedicam à prostituição (média de 4.2). Relativamente a este dois últimos grupos, as respostas não podem ser consideradas na sua totalidade, dado o carácter sigiloso e situações delicadas das instituições que trabalham com estes grupos e por tanto não respondem a todas as

questões, influenciando as estatísticas. O mesmo acontece junto dos grupos de reclusos (média de 3.8) e ex-reclusos (média de 4.1) onde é perceptível um menor impacto da crise, por conta das poucas organizações que responderam ao inquérito trabalharem nesta área de intervenção.

2.3. Alterações no funcionamento dos serviços

Nesta questão a escala encontra-se invertida, por forma a classificar o impacto que as alterações do funcionamento dos serviços possam ter provocado dos grupos sociais, entre muito negativo e muito positivo, valores 1 e 6 respetivamente.

As instituições consideram os serviços relacionados com a educação, prestações sociais e forças de segurança pública como os que geraram um impacto mais positivo junto dos grupos sociais com os quais trabalham, tendo em vista o seu encerramento. Ainda assim o valor não é considerado preocupante, com uma média de 3.3. o que indica um meio-termo da escala.

De facto quando analisadas as organizações que trabalham com jovens e crianças, 50% considera um impacto positivo nas alterações do funcionamento dos serviços de educação e apenas 36% um impacto negativo. A perceção atribuída à positividade destas alterações prende-se à permanência da resposta alimentar das cantinas junto das famílias mais carenciadas e os esforços para aquisição de equipamento informáticos. Por outro lado 21% das instituições mantiveram a sua resposta no nível 1, tendo em conta a dificuldade acrescida da gestão e dinâmica familiar com a permanência das crianças e jovens em casa.

No caso das prestações sociais as respostas diferem quando analisamos individualmente as organizações tendo em conta os públicos com as quais trabalham. A avaliação é positiva junto das instituições que trabalham com Pessoas em situação de dependência (50%), família e comunidade em geral e pessoas toxicodependentes (ambas com 47%). No extremo oposto encontramos as organizações que trabalham junto das crianças e jovens em situações de perigos (33%), que constituíram uma crescente preocupação ao quebrarem as suas rotinas e permanecerem demasiado tempo no seio familiar, dificultando o trabalho das instituições. O mesmo aconteceu com as instituições que trabalham com grupos de pessoas com doenças do foro mental e psiquiátrico (30%) e com as vítimas de violência doméstica (29%). A esta preocupação acresce ainda uma percentagem relacionada com a toxicodependência (29%). Todas estas instituições atravessaram longos períodos de dificuldade em acompanhar e dar assistência aos seus utentes com o fecho temporário dos serviços. Ainda assim o conjunto de medidas estabelecidas pelo governo para reduzir o

impacto socioeconómico provocado pela paralisação e confinamento explicam as perceções positivas de algumas instituições. No entanto as respostas negativas confrontam-se com o aumento do pedido de ajudas para satisfazer as necessidades alimentares e de cariz financeiro que estas instituições não foram capazes apoiar apenas com as suas respostas sociais.

O segundo grupo de impacto mais positivo engloba os bancos, a administração pública, os serviços sociais, os serviços na área da formação profissional e do emprego e os serviços de saúde, classificados com uma média de 3.2 pontos da escala.

Analisando individualmente as respostas, as organizações que trabalham com pessoas portadoras de deficiências e toxicodependentes são as que mais se destacam na percentagem de avaliação negativa relativamente às alterações nos serviços de saúde. Uma resposta que é justificativa, já que o SNS deixou de conseguir dar uma resposta permanente junto destes e outros grupos sociais.

No caso dos serviços sociais (refeitórios, albergues, centros de dia, etc.) as instituições dividem-se nas suas respostas: 29% considera um impacto positivo e 20% um impacto negativo. É junto das organizações que trabalham com crianças e jovens (incluindo crianças e jovens com deficiência), vítimas de violência doméstica e com a família e comunidade em geral que encontramos uma avaliação mais positiva do impacto da alteração de funcionamento (entre 51% a 53%). Relativamente ao impacto mais negativo, este é o parecer das organizações que trabalham com pessoas adultas com deficiência (43%), crianças e jovens com deficiência (43%), crianças e jovens em perigo (43%) e pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico. Este descontentamento prende-se à quebra de rotinas e terapias que promovem o bem-estar destes indivíduos.

Por fim as áreas em que se destaca uma conotação média mais baixa perante as suas alterações (3.1) são os serviços de telecomunicação, serviços postais e os transportes coletivos. Isto quer dizer que foram os serviços com um impacto mais neutro no dia-a-dia destes grupos vulneráveis.

Contudo, quando analisadas apenas as respostas com valores compreendidos entre 1 e 2 as organizações que identificam um maior impacto das alterações dos serviços junto destes grupos são os serviços sociais (36%), a área da educação (36%), formação profissional e emprego (35%) e os transportes coletivos (34%). Isto deve-se ao facto da escassa rapidez e eficiência nas respostas dos apoios do Estado, a elevada permanência das crianças e jovens em risco nas suas habitações e contextos familiares, paralisação do normal

funcionamento do mercado de trabalho e serviços para o efeito e a dependência que muitas pessoas têm dos transportes públicos para se deslocarem no seu dia-a-dia.

2.4. Intervenção dos poderes centrais

Na mesma escala em que agora se traduz de 1 – pouco adequado a 6 – muito adequado, a maioria centrou as suas respostas relativamente à adequabilidade das medidas implementadas governamentais para atenuar o agravamento da pobreza e exclusão social no nível 5. Apesar desta apreciação global satisfatória, a avaliação é mais positiva sobre as entidades que estão mais próximas da comunidade, nomeadamente as autarquias locais (5.1) em que 61% das organizações ponderou as respostas consideravelmente positivas.

Em seguida as associações públicas pertencentes às autarquias locais são consideradas (4.7) as mais positivas nas medidas de combate ao agravamento da situação de pobreza. Contudo é notório (24%) o desconhecimento do papel destas instituições tendo em conta o número de organizações que não respondeu à questão.

As entidades governamentais (4.4) e as entidades da administração pública nacional (4.3) possuem uma avaliação claramente positiva (entre 5 e 6), ainda que com valores residuais relativamente às organizações que não consideraram as suas medidas eficazes (entre 7% e 11% respetivamente).

As respostas das autarquias locais e das associações públicas das autarquias locais tiveram uma avaliação positiva nomeadamente por parte das organizações que trabalham com pessoas portadoras de HIV/SIDA e as suas famílias (71% e 62% respetivamente), pessoas vítimas de violência doméstica (70% e 60% respetivamente) e pessoas toxicodependentes (65% e 59% respetivamente).

Já no caso das entidades governamentais e entidades da administração pública nacional destacam-se as respostas das organizações que trabalham com crianças e jovens (48% e 46% respetivamente) e com pessoas portadoras de HIV/SIDA e as suas famílias (50% e 46% respetivamente).

Para as organizações que trabalham com pessoas sem-abrigo consideram bastante positivas as medidas da administração pública (46% posicionam-se entre os níveis 5 e 6) e a mesma apreciação é feita pelas organizações que trabalham com crianças e jovens com deficiências relativamente às entidades governamentais (48% posiciona-se entre os níveis 5 e 6).

2.5. Contacto

Uma das questões do questionário procurava saber se as organizações que responderam, ou outras organizações sociais da localidade, foram contactadas pelas autoridades no sentido de enfrentar os efeitos da pandemia. No total das 803 organizações que responderam, 58% confirmaram terem sido contactadas, 19% referem terem sido contactadas outras organizações sociais da localidade, 2% respondeu que não foi contactada nenhuma organização social da sua localidade e 19% não sabem.

Destacando as organizações por área de intervenção, a maioria das contactadas trabalham com pessoas idosas (59%), crianças e jovens (59%) e pessoas com doenças do foro mental ou psiquiátrico (57%). Em contrapartida as organizações que mais referem não terem sido contactadas são as que trabalham com vítimas de violência doméstica (45%), pessoas toxicodependentes (45%) e pessoas portadoras de HIV/SIDA e as suas famílias (48%).

2.6. Impacto da pandemia no funcionamento das instituições

Tendo em conta a luta diária destas instituições para manterem a sua sobrevivência, importa perceber as dificuldades acrescidas que estas sentiram relativamente a um conjunto de critérios necessários para o seu normal funcionamento.

Voltando a escala a corresponder a 1 - pouco e 6 - muito, a maioria das organizações destacou a necessidade de adaptação das rotinas de trabalho como a maior dificuldade (58%) com uma classificação média de 5.3 valores, logo em seguida o fecho temporário das respostas sociais (47%) e a sustentabilidade financeira das respostas/instituição (36%) surgem com uma média de 4.8. Dificuldades sentidas no geral, que se agravam para as organizações que trabalham com crianças e jovens, no que respeita à sustentabilidade financeira das respostas (47%) e ao fecho temporário das respostas (62%), tendo esta última também um peso significativo para as organizações que trabalham igualmente com jovens e crianças portadores de deficiências (49%). Relativamente ao critério da sustentabilidade financeira das respostas, as organizações que trabalham com pessoas idosas encontram-se em 2º lugar na escala de dificuldade (38%).

Quanto à necessidade de adaptação das rotinas de trabalho (a principal dificuldade apresentada pela maioria das organizações) o impacto é extremamente elevado no caso das organizações que trabalham com crianças no geral e nas que trabalham com pessoas com doenças de foro mental e psiquiátrico. Este critério está relacionado com a dificuldade que estas instituições apresentaram em manter o contacto com os seus utentes a fim de que

mantivessem os seus tratamentos, terapias e outras atividades, acrescentando os novos utentes que passaram a usufruir destes serviços por conta da envolvente problemática da pandemia.

Num terceiro grau de dificuldade (média de 4.2) encontra-se o acesso a bens de higienização da instituição e de proteção individual dos colaboradores. Este impacto é extremo (29%) para as organizações que trabalham com pessoas idosas e com crianças e jovens com deficiências. Estes indivíduos pertencem ao primeiro grau de vulnerabilidade ao vírus e portanto existe uma preocupação acrescida com as regras de higienização e proteção nos seus cuidados individuais, logo a troca de EPI's e higienização dos espaços é mais frequente, o que implica um *stock* considerável destes produtos.

Cerca de 20% das organizações que responderam ao inquérito consideram a sustentabilidade das respostas da instituição devido à redução de colaboradores disponíveis como a maior dificuldade, nomeadamente as que trabalham com pessoas idosas ou crianças e jovens (22% e 23% respetivamente). Com a mesma média das respostas (3.6) encontra-se a dificuldade no acesso a outros bens e serviços importantes para manutenção das respostas sociais da instituição, reportada como extremamente elevada por 14% do total dos inquiridos e 17% pelas organizações que trabalham com pessoas portadoras de HIV/SIDA e suas famílias e com crianças e jovens, e em 16% pelas organizações que trabalham com pessoas adultas com deficiências. Desde alimentação, terapias, apoios domiciliários, entre outros as instituições não conseguiram dar uma resposta de cobrisse as necessidades dos seus utentes.

Os cenários que se revelaram ser os menos dificultosos para manter o normal funcionamento das instituições foram a sustentabilidade das respostas da instituição devido à redução de voluntários disponíveis (média de 3.0) e o risco de despedimento de colaboradores (média de 2.7). Ainda assim esta última situação foi identificada com um impacto elevado para as organizações que trabalham com crianças e jovens (21%) e a redução de voluntários foi apontada como relevante para as organizações que trabalham com pessoas em situação de dependência, pessoas idosas e a família e a comunidade em geral (22%).³³

³³ Note-se que existem muitas instituições em que a maioria dos voluntários são pessoas idosas, que devido ao seu grau de vulnerabilidade relativamente à exposição ao vírus necessitaram de se proteger. No caso das instituições que trabalham com idoso acontece o mesmo, mas numa situação inversa: para proteger os utentes idosos e pessoas em situação de dependência, foi necessário reduzir o número de voluntários e consequentemente o grau de exposição dos idosos ao vírus.

2.7. Necessidades imediatas das instituições e beneficiários

Para terminar este questionário as instituições tinham a possibilidade de responder de forma aberta a uma questão que procurava identificar de forma mais precisa as necessidades suas necessidades e por outro lado as necessidades percebidas dos grupos sociais onde intervém. Cerca de 30% das organizações não responderam ou não consideraram nenhuma necessidade específica. A maioria das que responderam apresentou uma ou mais necessidades imediatas ou num futuro próximo.

Apesar do carácter geral 24% das organizações voltou a referir a necessidade de equipamentos de proteção individual como a mais imediata. Nos outros âmbitos, 19% salientou as necessidades financeiras devido à ocorrência de serviços que encerraram ou mantiveram a assistência mínima, da redução de donativos e das participações dos utentes. Esta é uma situação que preocupa as organizações relativamente à manutenção dos postos de trabalho e à sua sustentabilidade a longo prazo.

Estas questões financeiras caracterizam-se também pelo aumento do número de pedidos de resposta alimentar, habitacional, apoio a despesas, etc. e pela reorganização do trabalho que implicou a utilização de outros recursos e despesas de forma inesperada, o que não trás surpresa quando, a seguir a estas duas primeiras necessidades, as instituições apresentaram as questões de recursos humanos³⁴ e necessidades inerentes à reorganização do trabalho (ambas com 13%).

As entidades consideram que esta pandemia veio “comprometer a proximidade com a comunidade”, e dificultar “a capacidade de resposta às necessidades [em virtude] da redução de horários e profissionais disponíveis”. Outras ainda realçam o papel que sempre tiveram ao estarem “na linha da frente dos cuidados prestados aos mais frágeis e desprotegidos” e agora, “viram aumentar exponencialmente o número de cuidados a prestar dentro e fora da instituição (...) e deparam-se com uma necessidade acrescida de colaboradores disponíveis”.

Embora a escassez de recursos humanos seja uma verdadeira preocupação, algumas entidades realçaram ainda a falta de material informático/tecnológico para continuarem o seu trabalho, bem como a falta de espaços para desempenharem as funções e de meios de deslocação para apoiar as populações. A questão da transmissibilidade do vírus exigiu da parte das instituições uma reorganização dos seus espaços por forma a poderem manter o

³⁴ Esta situação não se prende só ao facto do número de voluntários ter reduzido, mas também pelo excesso de carga horária dos colaboradores, instabilidade mental e emocional e situações de contaminação pelo coronavírus, isolamento profilático ou requerimento de apoio à família para pais de filhos menores de 12 anos.

distanciamento físico, cumprir o limite de pessoas reunidas no mesmo espaço e criar um circuito entre os espaços para que as pessoas se desencontrem sobretudo nos corredores.

Em último lugar é destacado o apoio do Estado. Não de forma isolada mas associado à maioria das necessidades já aqui apresentadas como apoios financeiros, respostas para os públicos de intervenção e a necessidade de receber orientações que facilitem a reorganização do trabalho e posterior abertura dos serviços para a retoma do normal funcionamento. Este apoio que solicitam por parte do Estado refere-se, num primeiro instante aos apoios que permitem ter estabilidade financeira e manutenção dos postos de trabalho, e em segundo lugar a adequação de uma resposta³⁵ e uma maior articulação entre o Estado e as entidades.³⁶ Neste seguimento algumas entidades assumem estar “perdidas” dentro do cenário da pandemia e pedem o apoio das entidades competentes e orientações estatais.

Quanto às necessidades imediatas percebidos em relação aos beneficiários 27% das organizações optaram por não responder.

Como é de esperar no contexto de recolhimento domiciliário e distanciamento social que vivemos, a necessidade que sobressaiu dentro das respostas ao inquérito foi a interação social (26%). A população está ansiosa pelo regresso às rotinas, quando o regresso gradual com que nos deparamos transmite ainda alguma insegurança para muitos.

Em segundo lugar a necessidade mais mencionada é o apoio alimentar (12%) por consequência da redução dos rendimentos, provenientes das alterações das situações de emprego e o aumento das refeições ao abrigo do agregado familiar. O acesso a serviços de saúde é uma preocupação igualmente referenciada, devido ao cancelamento de muitas consultas e falta de prioridade nos cuidados em patologias relevantes por parte do SNS, e consequentemente as dificuldades com o transporte para se deslocarem para os tratamentos e consultas.

Em suma, metade das empresas referenciou relativamente aos beneficiários, uma ou mais necessidades de apoio, todas elas associadas às problemáticas evidenciadas no capítulo anterior, em torno da crise pandémica: alimentação, equipamentos e apoio informáticos, apoio escolar, apoio psicológico, etc.

³⁵ “As contratualizações com o Estado estão desajustadas da realidade e os encargos atuais não estão contemplados nos acordos de cooperação” (Resposta de uma organização).

³⁶ “Atualmente, ainda existem famílias que não recebem nenhum apoio do Estado e estão num estado de pobreza muito grande. Para estas situações, devia de haver uma maior aproximação entre o Estado e estas pequenas associações para se fazer um levantamento real do que se passa. Nós [instituição] muitas vezes queremos ajudar, mas não temos meios suficientes para o fazer” (Resposta de uma organização).

3. Iniciativas

As diversas iniciativas apresentadas no seguinte ponto têm por base os dois tipos de solidariedade discutidos no último capítulo: uma solidariedade filantrópica, que diz respeito à economia solidária e uma solidariedade democrática de cariz mais institucional como é conhecida a ES.

Este capítulo limita-se a numerar e explorar o impacto das respostas solidárias e não a fazer uma avaliação exaustiva do nível de altruísmo que está subjacente a cada uma delas. A maioria dos exemplos apresentados baseia-se num levantamento das ações dinamizadas no/pelo Município de Cascais entre outras recolhidas junto do *website* Covindex³⁷, mas muitas e incontáveis ações surgiram pelo país inteiro.

De acordo com o observatório das doações para a Covid-19 em Portugal, a maior fatia de iniciativas teve como objetivo a aquisição de ventiladores, com 31,6%, tendo sido a resposta às famílias carenciadas a fatia com menos peso no global das doações/ajudas, com apenas 1,8% dos donativos. Nota-se aqui a emergência de querer salvar vida e conseqüentemente o SNS, deixando para trás, como já é habitual, o cuidado com as desigualdades sociais pré-existent.

As iniciativas encontram-se divididas em dois subpontos com base na origem das iniciativas: a partir de instituições ou da sociedade civil.

3.1. Cariz institucional

Entre as autarquias e o setor social, passando pelo setor público, existiu e ainda predomina em alguns casos, um trabalho de responsabilidade social e atenuação das desigualdades sociais geradas e/ou agravadas pelo impacto da situação pandémica da Covid-19.

3.1.1. Autarquias

A elaboração de planos de contingência constituíram uma obrigatoriedade para as autarquias locais, por forma a prevenirem-se no modo de agir perante a eventualidade de surgirem infetados nos seus territórios. O conjunto de respostas foi diferente entre os vários municípios, contudo a exigência das medidas para a gestão da crise sanitária levou à mobilização de vários voluntários que apoiaram as diversas autarquias perante a falta de recursos materiais e humanos (quer cidadãos, quer empresas). Esta situação de

³⁷ Este *website* reúne um conjunto de informações sobre projetos, movimentos sociais e ideias que surgiram da solidariedade da comunidade e de algumas instituições públicas e particulares.

emergência levou os municípios (ANMP) a pressionarem o governo para o apoio de regimes excepcionais no sentido de fazerem face aos custos originados pelas suas intervenções no contexto pandémico. Como resultado desta solicitação, as autarquias puderam beneficiar, através da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, de um regime mais alargado de cumprimento das obrigações dos Programas de Ajustamento Municipal, autorização para ultrapassar os limites de financiamento previstos na Lei n.º 4-A/2020, de 6 de abril³⁸ e também a dispensa de formalidades para agilizar a sua ação, a suspensão da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, de facilidades na contratação de empréstimos, suspensão do prazo de utilização de empréstimos, bem como da regra de equilíbrio orçamental.

A ação solidária ao cuidado das autarquias durante o período pandémico têm por base as notas divulgadas pela DGS³⁹ que interligam 4 eixos:

- 1) Iniciativas para conter a propagação do vírus
- 2) Medidas sanitárias para a prevenção e controlo de infeção
- 3) Medidas sociais para dar resposta às necessidades básicas das populações vulneráveis
- 4) Apoio à economia local

A maioria das respostas promovidas pelos municípios resulta da organização de pessoas coletivas (grupos cívicos de apoio), Juntas de Freguesia, Câmaras Municipal e empresas que procuram obter reconhecimento junto desta. Destacam-se as encomendas de EPI's⁴⁰ e ventiladores, criação de linhas +65 para apoio psicológico e serviços de farmácia, serviço de correios, supermercado, entre outros que impliquem a deslocação para fora das residências, disponibilização de pavilhões para alojamento de indivíduos em situação de sem abrigo, desinfeção em massa dos espaços públicos, isenção de taxas municipais para o comércio e serviços por forma a aliviar as despesas resultantes do encerramento repentino, interdição de acesso a alguns espaços públicos propício à acumulação de multidões durante os passeios higiénicos (jardins, bancos e outros assentos, zonas ribeirinhas, etc.), continuidade da disponibilização de refeições escolares em sistema *take away* para as famílias carenciadas, diminuição da tarifa da água, linhas de apoio financeiro às empresas, alívio do pagamento a fornecedores dos empresários do setor privado que têm a atividade parada, disponibilização de máscaras sociais junto da população, rastreios nos lares, centros de acolhimento e comunidade escolar, empréstimo de equipamentos digitais para suprimir as

³⁸ Mais tarde, a Lei n.º 12/2020, de 7 de maio que veio adicionar mais facilidades, como a moratória nas prestações ao Fundo de Apoio Municipal e na amortização de empréstimos de capital, o alargamento às freguesias da possibilidade de contração de empréstimos ou a prestação de serviços a pessoas vulneráveis sem deliberação prévia do órgão competente.

³⁹ Despacho conjunto n.º 2836-A/2020, de 2 de março.

⁴⁰ Equipamentos de proteção individual como máscaras, viseiras, proteção ocular, fatos e batas descartáveis, luvas e cobre-botas e touca.

necessidades de vários alunos, reforço das linhas de apoio à violência doméstica e à gestão psicológica em contexto escolar, reforço e gratuidade dos transportes públicos, isenção de pagamentos para aumento das esplanadas na restauração de modo a acolher mais pessoas e cumprir as normas da DGS, suspensão do pagamento de estacionamento em zonas para o efeito, dispensadores de máscaras nos espaços públicos, disponibilização de testes gratuitos junto das comunidades desportivas e apoio à gestão financeira das famílias.

As autarquias têm ainda um peso no que compete ao apoio das práticas culturais, e também de controlo da receção de respostas sociais, nomeadamente na habitação, por parte das famílias carenciadas para saber se estas se encontram em situação de cumprir o recolhimento domiciliário.

3.1.2. Instituições particulares

A forma que muitas empresas encontraram de manter a sua subsistência durante o período de confinamento, foi através da deslocação dos seus recursos para a produção de EPI's e outros equipamentos médicos, sobretudo com o apoio de instituições do ensino superior. Atos de solidariedade que nas boas práticas de marketing são uma estratégia fundamental para atribuir visibilidade e reconhecimento para as marcas. Algumas das empresas puderam ainda beneficiar de apoios do Estado no âmbito do projeto Portugal 2020.⁴¹

Em quase todas as instituições assistimos a uma doação em massa de EPI's e soluções de álcool-gel junto do SNS e outras entidades de saúde. Para além desta, diversas outras iniciativas foram emergindo como por exemplo a testagem gratuita a cargo de redes de laboratórios particulares, acolhimento de pessoal médico em espaços cedidos pelo ramo de hotelaria e em projetos como o "*Rooms Against Covid*"⁴², disponibilização de bens alimentares junto das instituições sociais que distribuem refeições a pessoas/famílias sinalizadas, disponibilização de recursos humanos e materiais ao serviço do município para os apoios prestados (por exemplo para a desinfeção de ruas e serviços de entrega de compras e medicamentos), donativos ou simples gestos solidários que proveram o conforto e alento do pessoal médico (empresa "Santini" ofereceu gelados ao pessoal médico e uma florista do município de Cascais entregou flores às equipas médicas como reconhecimento do seu trabalho), voluntários e equipas de centros de testagem (projeto *Food for Heroes*), adesão por parte dos supermercados de campanhas para redução das despesas das famílias carenciadas, entrega de cabazes aos profissionais da cultura, ofertas às equipas de

⁴¹ Portarias n.os 95/2020 e 96/2020, de 18 de abril.

⁴² <https://www.roomsagainstcovid.com/>

manutenção dos espaços públicos, zonas verdes e recolha de resíduos urbanos que se mantiveram no ativo durante os períodos críticos da pandemia.

Várias empresas trabalharam ainda em colaborações com a equipa da cruz vermelha. A Ageas suportou alguns custos da iniciativa de testagens gratuitas, a Volkswagen disponibilizou frotas ao serviço da cruz vermelha para se deslocarem aos centros de vacinação e também a Uber ofereceu-se de forma gratuita para efetuar as deslocações das equipas da cruz vermelha pelo país.

As instituições de ensino superior são precisamente um dos agentes necessários de realçar pelas suas respostas rápidas e antecipadas no apoio ao combate à pandemia. A 31 de maio de 2020 a universidade de Coimbra criou a plataforma UC Against Covid-19 onde disponibiliza, desde então, um universo de notícias, estudos e investigações, perguntas e respostas e outras iniciativas de cariz social e solidário desempenhadas pelas instituições do ensino superior. Estas foram ainda um importante aliado das empresas privadas na produção de equipamentos de proteção individual e higienização.

3.1.3. Organizações da economia social e solidária

As organizações que compõem o terceiro setor são as mais rápidas na busca de soluções, pelo seu trabalho diário com situações de carências e vulnerabilidades. Várias associações e mutualistas deram uma resposta eficiente no que respeita à entrega de medicamentos e bens alimentares e disponibilidade para pagamentos de serviços em multibanco ou serviços junto dos correios. Outras ações como aquisição de camas para equipar os pavilhões disponibilizados para o cuidado de infetados, disponibilização de residências com apoio médico para idosos infetados a fim de que estes não estejam nas suas instituições e propagem o vírus, apoio na distribuição das máscaras sociais para evitar açambarcamentos e aglomerados, aumento das respostas de ajuda alimentar, e muitas outras pretendem prestar um apoio valioso junto da comunidade.

Com a repentina mudança social e as constantes alterações observadas no âmbito legislativo a Associação de Combate à Precariedade criou a plataforma “Resposta Solidária” com o objetivo de partilhar informação e esclarecer dúvidas sobre direitos laborais e de habitação, e ainda denunciar situações de abuso ou incumprimento. Esta ação foi um auxílio fundamental para as famílias mais vulneráveis por via das condições profissionais e habitacionais, que por sua vez são as que menos conhecimentos possuem no âmbito da legislação.

A ANIMAR em conjunto com outras associações que acompanham famílias nómadas, nomeadamente de etnia cigana, pressionaram o governo para a suspensão de rendas de habitação social, garantia de habitação para os que vivem aglomerados em casas improvisadas ou tendas, equipamentos para as crianças em telescola, intervenção de um mediador intercultural para que os apoiasse na transmissão da informação por vezes com linguagem não compreendida por estes e o alerta para a possibilidade do aumento de fome por força da impossibilidade de se realizarem feiras.

No que compete à emergência sanitária, a Cáritas Portugal implementaram o seu plano de contingência, mantendo todos os serviços em ativos, reforçando a utilização de EPI's no momento das respostas e com a abertura de linhas de apoio às vítimas de violência doméstica e novos espaços de acolhimento de sem-abrigo com fornecimento de alimentação, roupa e higiene. Relativamente à resposta social asseguraram a alimentação de imigrantes e estudantes deslocados e apoiaram as famílias mais carenciadas no pagamento das despesas de farmácia e outros bens essenciais, e com o fornecimento de equipamentos para o ensino à distância e teletrabalho. Todas estas práticas estão incluídas no plano "inverter a curva da pobreza".

Também a Fundação Calouste Gulbenkian teve um papel fundamental com a criação de um fundo de emergência num montante inicial de 5 milhões de euros para auxiliar as áreas da saúde, cultura, educação, ciências e sociedade civil. Entre os diversos apoios estiveram a criação da linha de apoio psicológico do SNS24, o consórcio *Serology4Covid* entre 5 institutos de investigação científica em Lisboa e Oeiras, o reforço de 40 projetos a nível nacional que prestam auxílio a pessoas com comportamentos aditivos, o apoio à plataforma *Student Keep* (em conjunto com o Banco Santander) e apoios aos artistas e outros agentes culturais nacionais.

A fundação Montepio contribuiu para a diminuição do impacto económico da pandemia através do seu setor de financiamento, disponibilizando linhas de apoio económico às empresas e promotores do setor do turismo e dos grandes eventos culturais, às instituições de ES, federações desportivas, entre outras micro, pequenas e médias empresas, no intuito de diminuir as suas despesas.

De acordo com o observatório das doações para a covid-19, em Portugal foi doado um total de 38.518.073,99€, correspondendo 32,5% da sua origem às fundações, salientando o peso destas instituições da ES no combate à pandemia.

São aqui apresentados apenas alguns dos exemplos de instituições da ES no combate à crise pandémica, mas também no combate às crises económica e social. No fundo muitas

das respostas sociais resultaram de parcerias entre as empresas privadas e as organizações da ES, para prestar o apoio necessário onde o Estado não consegue chegar.

3.2. Da sociedade civil

A noção da impossibilidade de resolução de certos problemas da vida que transcendem os recursos disponíveis está na origem da união do povo para práticas de uma solidariedade filantrópica. É desta relação de problemas que afetam não só a saúde mas a comunhão da vida em sociedade que nasceram a maioria das iniciativas menos institucionais e por isso menos possíveis de contabilizar, durante a crise pandémica. Grande parte é de cariz popular e de uma economia denominada de “vizinhança” que já havia sido colocada em prática há muito tempo através de redes informais e associações de moradores de bairro. Com o pressuposto de uma lógica de reciprocidade, estas iniciativas foram estruturadas de forma a proteger os mais vulneráveis e em muitos casos foi o suporte para onde as respostas institucionais não chegam.

Nas zonas em que esta estrutura mais ou menos informal não estava construída, houve uma maior dificuldade para enfrentar a crise pandémica, social e por conseguinte económica.

O facto de não existir um mapeamento das iniciativas de economia social e solidária, e a própria invisibilidade destas pequenas iniciativas não institucionais em Portugal, constitui um entrave ao estudo do seu impacto. Deste modo os exemplos de iniciativas apresentado são baseados em informação recolhida junto das redes sociais, artigos de *media*, informações dos municípios e outras plataformas disponibilizadas *on-line*.

3.2.1. Pessoas em nome individual e coletivo

A sociedade civil teve um papel importante no que respeita aos voluntários necessários para as diversas iniciativas dos seus municípios, mas também através de apoio à vizinhança e outras famílias que conheciam e precisavam de ajuda alimentar, equipamentos informáticos, roupas e calçado, cuidar e passear animais de estimação de indivíduos pertencentes ao primeiro grau de vulnerabilidade ou em isolamento, entre outras necessidades assentes numa economia popular que não são possíveis de contabilizar, pois não fazem parte de nenhum projeto organizado, tratando-se de genuínos atos altruístas.

Para facilitar o encontro entre a procura e a oferta, a CASES disponibilizou no seu *website* 37 iniciativas de âmbito nacional e cerca de 170 de âmbito local que pretendem

ajudar quem mais sente os impactos gerados pela pandemia, com o objetivo de reunir um conjunto de ações para que os voluntários e empresas se possam inscrever diretamente nas iniciativas ou criar a sua própria iniciativa e recrutar ajuda. Uma dinâmica semelhante à do covindex.

Não podendo deixar de falar numa das mais conhecidas iniciativas solidárias que correu o país inteiro: a “caixa solidária”. A primeira caixa foi colocada na rua no dia 4 de abril de 2020, em Sassoeiros, Cascais, com a ideia de ajudar quem mais precisava, sob o lema “leve o que precisar, deixe o que quiser”. Através da rede social *facebook* esta iniciativa começou a circular e foi criada uma página dedicada à partilha de conteúdos e organização da comunidade em prol dos donativos.

Vários cidadãos foram também os grandes promotores do isolamento social, demonstrando através de diversos movimentos a importância de nos mantermos em casa, partilhando dicas importantes de prevenção e formas de passar o tempo e ajudar os outros mesmo à distância.

Os grupos de jovens, sendo movidos pelas práticas religiosas, ou não, foram uma importante ajuda no apoio às necessidades básicas da comunidade pela sua astúcia, disponibilidade e reduzido risco de vulnerabilidade em relação ao vírus.

4. Reflexões e consolidação com os conceitos teóricos

Todas as mudanças estruturais causadas pela pandemia agravaram as desigualdades sociais de certos grupos e ainda colocaram alguns indivíduos em outros níveis de desigualdade pré-existentes provenientes da crise a que a nossa população tem vindo a ser sujeita nos últimos 40 (Boa Ventura de Sousa Santos), essencialmente por contra das situações de desemprego.

As grandes organizações e poderes centrais (governo, instituições públicas e privadas, OMS, DGS) que tinham como tarefa a difícil gestão da crise pandémica fizeram-no sempre com base numa racionalização do próprio risco, seja económico, social ou de saúde, portanto houve uma preocupação com alguns dos pilares que a economia solidária destaca como as problemáticas contemporâneas.

Os fatores tempo e inexperiência foram os principais aliados das medidas inconsistentes que surgiram por parte dos poderes centrais inicialmente. No que compete ao caso português, em meados de fevereiro de 2020, ainda predominava a ideia de que o vírus nunca chegaria à Europa tão facilmente, mantendo-se a situação de epidemia. Acontece

que rapidamente o número de casos e de mortos na Europa disparou e a OMS viu-se obrigada a declarar o SARS-COV2 como uma pandemia. As primeiras medidas de recolhimento domiciliário foram tomadas pelos próprios cidadãos que se encontravam em condições de o fazer e apenas uma semana após à data da primeira morte causada pelo vírus o governo optou por encerrar a maioria dos espaços e em pouco tempo as cidades tornaram-se “desertas”.

Após reuniões e contactos com as diversas entidades competentes as respostas jurídicas, sociais e de segurança dadas à sociedade sobre os modos de agir foram sendo mais ponderadas e de curtos períodos de tempo para serem feitas as devidas avaliações e preparar futuras respostas. Numa sociedade democrática cada um tem a sua visão sobre o panorama e usa a sua liberdade para expressar a opinião, muitas vezes com base em influências político-partidárias, e como tal foram várias as críticas e descontentamento à forma como o atual governo foi gerindo a situação pandémica e social. É importante pensar que esta tarefa que o Estado tem de proteção social nunca poderia passar por medidas extremas que colocassem em causa a democracia, daí a dificuldade compreendida na tarefa, nunca esquecendo que o próprio processo de vacinação sempre foi considerado facultativo, ainda que com uma forte campanha que salienta as evidências da diminuição da propagação do vírus quando atingida a imunidade de grupo.

Lembrando também que o impacto social esteve sempre em cima da mesa em todas as medidas tomadas. Não querendo inicialmente quebrar barreiras culturais foi permitido o convívio por ocasião da páscoa de 2020, nomeadamente através da chegada de vários emigrantes para junto das suas famílias, o que originou vários focos de transmissão na zona norte do país. Com o receio do aumento do número de casos, também influenciado pelo clima do inverno, o governo implementou restrições à circulação no período de natal e ano novo. Contudo estas restrições, por não quererem colocar à margem as relações sociais e culturais, foram facilmente contornadas pela poluição que se precaveu e deslocou para fora das zonas de residência em períodos imediatamente anteriores. Esta situação ditou o início do período mais crítico para Portugal, chegando a atingir no final do mês de janeiro 274 mortes e 15.333 casos em 24 horas. Neste contexto muitos cidadãos apelaram à consciência pois havia-se perdido o sentido de solidariedade. Muitas famílias deixaram de passar a felicidade do tempo de natal em convívio e afetos, e outros quebrar as regras e o sentido de responsabilidade, lançando de novo o país e todas as famílias para a incerteza pressionando os profissionais que pertencem ao primeiro grau de vulnerabilidade e estendendo o tempo até à retoma da situação normal.

Na verdade não são as epidemias e pandemias que se gerem, mas sim a mobilização de todos os recursos disponíveis, tendo em vista as áreas económicas, sociais, culturais, ambientais e de saúde que permitem minimizar o seu impacto. Estas situações são previsíveis e a maioria dos vírus encontram-se descritos em literatura, o que salienta a urgência dos nossos poderes centrais e instituições criarem planos com *guidelines* que infundem segurança e preparam a população. A importância deste processo prende-se ao facto das epidemias e pandemias serem provocadas pelas alterações comportamentais da sociedade, que são cada vez mais rápidas.

O contexto social em que a pandemia nos colocou fez-nos parar para pensar. Afinal é possível ter tempo para voltar a pegar naquele livro, para ligar a um amigo a perguntar como está, brincar com os filhos ou até mesmo perceber que é possível viver sem passar o tempo nos centros comerciais a alimentar o desejo de consumo supérfluo, rejeitando a ideia de que não existe uma alternativa ao estilo de vida imposto pelo capitalismo (Boaventura). Será que precisamos de tudo aquilo que julgávamos ser essencial para viver? São muitas as lições que podemos retirar sobre a forma como vivemos individualmente, em contexto familiar, com os amigos, com o próximo, os cuidados com o nosso planeta, entre outros.

A própria iniciativa da comunidade em criar estratégias de atenuação das desigualdades, através das diversas ações e iniciativas solidárias, plataformas de ajuda, e outras atividades dadas a conhecer em capítulos anteriores revelam o sentido de solidariedade filantrópica presente na atualidade e a necessidade de uma economia solidária.

Posto isto é possível declarar que durante o contexto pandémico em que a economia solidaria se desenvolveu e continuou a afirmar, foram considerados os seus projetos social, cultural (apoio às comunidades estrangeiras e outras etnias), gestão (dos recursos disponíveis para proteger a sociedade), político e de conhecimento (na medida em que o conceito continua a evoluir à luz das iniciativas).

Num primeiro instante, a preocupação de cada país centrou-se na gestão dos então recursos disponíveis para atenuar os impactos causados pela pandemia na sua sociedade. Acontece que durante o processo de vacinação fomos sendo assolados pelo surgimento de várias estirpes, levando mesmo à administração de uma terceira dose nomeadamente para os indivíduos pertencentes ao primeiro grau de vulnerabilidade, e assistimos ainda à implementação de restrições de circulação entre Portugal e os países em situações mais preocupantes. Recordando as variantes que se revelaram mais ameaçadoras, até ao momento, foram a “Gamma” de origem brasileira, a “Delta” de origem indiana e a “C” de origem sul-africana, ainda que não tão preocupante. Como nos dá conta todo o histórico da situação pandémica, estes foram os países que possuíram as práticas de gestão mais

danosas e desumanas durante a pandemia. O Brasil com um governo que não se preocupou com políticas associadas à desaceleração da propagação e África e Índia que não possuem recursos monetários para a aquisição de lotes de vacinas, nem capacidade de se protegerem, colocando em causa as 3 dimensões de desigualdades de Therborn: vitais, existenciais e de recursos destes países. No caso do Brasil, o Presidente da República Jair Bolsonaro chegou a ser acusado de 11 crimes, entre eles prevaricação, falsa documentação, propagação enganosa de medicamentos, desrespeito às regras de etiqueta sanitária e distanciamento social, querendo mesmo o CPI levá-lo a responder por crimes contra a Humanidade em resultado da sua falta de consideração.

Este cenário leva-nos a pensar sobre a solidariedade mundial⁴³, quando a maioria dos países se preocupou em adquirir uma quantidade inesgotável de lotes de vacinas, alguns mesmo antes de ser validada a administração da 3ª dose, no lugar de reunirem esforços para adquirir vacinas para os outros países, numa lógica não só de solidariedade mas que também possui benefícios próprios. Apenas quando for atingida a imunidade a nível mundial podemos baixar as guardas em relação a este vírus. Caso contrário o vírus continuaria a sofrer mutações, dando origem às novas estirpes e pressionando os países europeus e do norte da América a tomar novas medidas e adquirir novos recursos constantemente. Também a Rússia tem vindo a atravessar grandes dificuldades no combate à propagação do vírus por conta da sua densidade populacional e resistência ao processo de vacinação que é de carácter facultativo, tal como em Portugal. Em maio de 2021 a UE e os Estados-Membros reforçaram o objetivo de doar 100 milhões de doses de vacinas contra o COVID-19 aos países mais necessitados, para um combate à escala mundial.

Falando nesta solidariedade intercontinental no acesso à vacina, que deve ser reconsiderada, o mesmo se aplica aos cidadãos. São várias as evidências relatadas de uma solidariedade filantrópica que reinsistiu ao longo dos séculos e sobretudo a um conjunto de medidas de distanciamento físico, contudo a vacinação é por muitos especialistas considerada um ato de solidariedade, na medida em que a posição individual relativamente aos malefícios na saúde que se possam vir a manifestar a curto ou longo prazo não pode colocar em causa a saúde pública. Quer isto dizer que a decisão de ser vacinado transcende a opinião pessoal e passa a ser considerada na ordem da solidariedade, pois apenas quando podermos atingir o tal nível de imunidade mundial, conseguiremos automaticamente devolver parte da normalidade da vida social. O mesmo acontece com todas as outras práticas de proteção individual e cumprimento das normas. Para que o regresso à normalidade tão desejado, como referem as instituições que responderam ao

⁴³ Sobretudo entre continentes. A solidariedade na Europa foi visível no apoio à saúde de vários países.

inquérito da EAPN Portugal possa ser considerado é necessário um esforço adicional da parte de toda a sociedade.

Apesar de algumas situações, não é possível ignorar que os últimos dois anos foram não só um tempo de redescoberta das desigualdades sociais pré-existentes na sociedade, mas também de concentração de esforços e união entre os vários agentes da comunidade para suprimir as necessidades de forma rápida, práticas que a economia solidária procura destacar. A criação de plataformas que combinam as ações que estão a ser desempenhadas por todo o país facilitou a participação quer de voluntários individuais, quer de empresas que pretendiam fazer chegar a sua ajuda onde era mais precisa. Toda esta envolvente e onda de cooperação pode ser vista como uma oportunidade à conservação dos ideais da economia solidária na nossa sociedade.

Os últimos “loucos anos 20”, no século passado, foram um momento de viragem com estados de euforia, crise, reerguer pós Grande Guerra Mundial e novos estilos de vida. Um momento histórico para Portugal e para o mundo. Esta perspetiva leva-nos a avaliar a situação em que estamos, e a considerar que a mesma pode ser uma nova mudança paradigmática, os novos “loucos anos 20” com uma profunda alteração no âmbito social.

5. Desafios para o futuro pós-pandemia

O encerrar deste ciclo é incerto e o processo é longo, mas com base na experiência e conhecimento científico sabemos que os vírus não desaparecem, eles vão enfraquecendo e a população vai ganhando imunidade através da vacinação e outros meios de proteção, ao ponto de podermos recuperar a normalidade e conviver com alguma segurança na presença desta ameaça.

Contudo, na fase em que nos encontramos já é possível retirar algumas conclusões para trabalhar a num futuro confiante. Neste ponto são apresentados 10 desafios + 1 para uma sociedade pós-pandemia, considerando as dificuldades encontradas e as exigências com que nos vamos deparar.

- 1) Analisar as novas e as pré-existentes desigualdades sociais que a pandemia veio evidenciar ou gerar na estrutura social e criar respostas e mecanismos

É importante saber como agir em situações futuras e estamos no momento exato de aprender com a experiência para colmatar as desigualdades e evitar que se agravem. As antigas e latentes desigualdades sociais nomeadamente de género, rendimentos, desemprego, trabalho precário, idosos e pessoas dependentes e sem-abrigo agravaram-se

para estes indivíduos que já se encontravam desprevenidos na fase anterior à pandemia, abrangendo uma nova parte da população que deixou de se conseguir defender.

O nível de exposição ao vírus em função da atividade laboral ou do seu grau de vulnerabilidade vem criar uma nova categoria de desigualdade entre indivíduos na sociedade no que respeita à capacidade e recursos disponíveis para se protegerem. A própria vacinação vem criar uma nova desigualdade. Apesar de ser facultativa, é imposto um carácter de exclusão na sociedade quando os indivíduos não vacinados são impedidos de participar em eventos desportivos e culturais e de aceder a certos espaços e serviços públicos e privados.

2) As relações sociais

Num tempo em que ficámos inibidos de cumprimentos, seja um beijo, um aperto de mão, um abraço ou um simples toque, a retoma do contacto físico é algo que tem sido dificultado pela preocupação da proteção individual e coletiva, na ausência de visibilidade do vírus, sobretudo em casos de pessoas consideradas assintomáticas. Inicialmente fomos aconselhados ao toque pelo cotovelo, mas não é um gesto comum na nossa cultura e as poucas pessoas que o utilizavam rapidamente perderam a sua prática. As crianças pedem afetos aos seus educadores, orientadores e pais, as relações entre parceiros do mercado laboral exprimem-se pelo cumprimento e as amizades vivem-se com convívio. Como serão afetadas as nossas relações sociais no futuro se temos “receio” do toque?

Um simples gesto de proximidade corre o risco de ser visto com desconfiança e muitas vezes as pessoas evitam tocar-se ou sentem-se desconfortáveis. Não haverá uma resposta imediata para esta questão mas é importante acompanhar a situação evolutiva destas práticas das relações sociais.

3) A partilha

Não falando propriamente da partilha que se gerou em forma de donativos e entrega ao serviço do voluntariado, mas sim de situações de partilha em pequenos grupos populares ou estruturados. Seguindo como um simples exemplo a partilha de alimentos ou materiais entre as crianças e jovens em contexto escolar ou de atividades extracurriculares. Também as partilhas entre vizinhança, no trabalho ou em outros contextos do dia-a-dia.

De certa forma esta partilha vem no seguimento do último ponto que diz respeito às relações sociais. À semelhança dos afetos e interações sociais, na instabilidade que se vive, é impossível criar uma “linha” definida entre o tempo em que se evita a partilha e o contacto, e o tempo que estes simples atos são seguros como antes de surgir a pandemia.

4) Regularização da situação de teletrabalho

As empresas não estavam preparadas para, de forma repentina, colocar os seus trabalhadores a desempenhar as funções laborais à distância. A maioria das empresas encontrou uma mais-valia na redução dos custos, contudo é necessário ter em conta que o aumento de despesas por parte dos trabalhadores, a ausência de um espaço próprio de área de trabalho e do convívio presencial com os colegas, a sobrecarga horária de trabalho por reduzirem o número de deslocações e terem sempre as ferramentas de trabalho à mão e a dificuldade em conciliar com a vida doméstica e familiar constituem problemas que a longo prazo podem afetar não só o bem-estar dos indivíduos como as relações sociais. Uma vida confinada e sem valorizar o “tempo social” pode arruinar estruturas familiares, de amizade e até da própria comunidade.

Depois de 2 anos com muitos portugueses em situação de teletrabalho, este desafio começa a dar os primeiros passos em direção ao futuro. A subcarga horária, o contacto da entidade patronal fora de horas e um cumprimento do pagamento das despesas adicionais são algumas exigências que brevemente começam a ser cumpridas.

5) Instabilidade emocional / Saúde mental

Como é de esperar, o contexto em que nos encontramos tem implicações profundas na estabilidade emocional que pode afetar todas as gerações, condicionando a retoma da normalidade da vida. Acontecimentos com a mudança brusca de rotina, a perda de familiares sem uma despedida digna, o afastamento físico dos amigos e família, o aumento do horário de trabalho, as exigências domésticas, a sistemática mudança entre estado de emergência e de calamidade, a privação de momentos de lazer em passeios, viagens, restauração e bares, centros comerciais e a ausência de prática desportiva regular são apenas algumas das situações que provocam uma alteração ao nível da saúde mental e comportamental no ser humano.

A própria gestão familiar, como se verificou, revelou-se complicada e deu origem a dois fenómenos que em parte estão relacionados com a instabilidade emocional dos elementos da família face às imposições da pandemia.

Os idosos que se encontram institucionalizados sem receber visitas e sem afeto⁴⁴ da família, possuem por vezes uma saúde mental débil, agravada pela incompreensão de todo o contexto, sendo fatal em muitos casos.

⁴⁴ Apontado também como um desafio nas relações sociais.

Considerando a insatisfação das instituições que trabalham no âmbito da saúde mental e a possibilidade do aumento do número de pacientes nesta área, este é um desafio que merece um investimento capaz de garantir a qualidade de vida digna dos seus portadores.

6) Impacto ambiental

Sem serem avistados transeuntes nas ruas, a ausência de circulação de meios de transporte públicos ou particulares e o encerramento de fábricas levou à diminuição do consumo de combustíveis fósseis e dos níveis de poluição, resultando numa melhoria para as alterações climáticas. O facto de esta não derivar diretamente de mudanças de hábitos e medidas de combate à poluição por parte dos cidadãos, mas sim de uma resposta à paralisação, preocupou os cientistas e defensores das causas ambientais, pois logo que a retoma da vida social acontece, o planeta volta a estar em perigo.⁴⁵ No entanto aproveitaram este momento para apelar às práticas ecológicas. Aliás 2020 foi considerado o ano mais quente da Europa (aumento da temperatura da terra e dos oceanos), a primavera mais seca e os números de incêndios aumentaram, assim como as emissões de dióxido de carbono. Também o nível do mar subiu como consequência do contínuo derretimento e recuo dos glaciares. Todo este panorama teve implicações no desenvolvimento económico, na segurança alimentar e nos ecossistemas terrestres e marinhos.

É importante percebermos como as próprias alterações climáticas influenciam a mitigação do coronavírus. Um fator que a economia solidária pretende afirmar: a interdependência da vida humana e os diferentes ecossistemas. Se não cuidarmos do meio ambiente ele tem sempre uma resposta para nos dar.

De salientar ainda outras problemáticas como o difícil acesso aos recursos renováveis para se poder manter as casas aquecidas reduzindo a pegada ecológica e o facto de os meios de transporte passaram a ser um local de insegurança para algumas pessoas criando entraves à política de redução de emissões de gases.

Com a estagnação do comércio e a falta de algumas componentes/materiais/produtos, o mundo abriu os olhos à realidade e percebeu a dependência que possuímos em relação ao mundo oriental por via da mão-de-obra barata. É momento de criar políticas de incentivo às economias de proximidade para reduzir custos, emissões de gases em transportes via área,

⁴⁵ “A quebra deve-se, essencialmente, à contração da China. (...) Devido ao covid-19, que surgiu em dezembro de 2019 na China, no primeiro trimestre de 2020 o consumo de carvão nas fábricas caiu 36% e a produção de carvão 29%, tendo a capacidade de refinar petróleo sido reduzida em 34%. Ao todo, segundo o Carbon Brief, as medidas da China para conter o coronavírus levaram a uma redução de entre 15% e 40% da produção nos principais setores industriais” (Ilustração 4).

marítima ou terrestre, criar uma maior segurança e evitar a dependência de produtos importados que fizeram paralisar a nossa economia, com vista ao projeto local da economia solidária.

A situação em que a pandemia nos colocou mostra a emergência e também a possibilidade de realização destas práticas. O desafio é que no futuro estas alterações significativas sejam uma resposta positiva das práticas ecológicas e preocupação ambiental de todos os indivíduos e empresas.

7) Saúde pública

O SNS é talvez das melhores medidas implementadas em Portugal, no entanto, se já em período anterior à pandemia carecia de algumas mudanças estruturais, a pandemia veio intensificá-las e levou à completa rutura e descontrolo. As regalias e contratação de profissionais, gestão e aquisição de equipamentos são alguns dos aspetos a melhorar para que no futuro possamos ter a assistência médica e saúde como um direito para todos e em condições favoráveis à sua prática.

A situação dramática que se viveu nos hospitais públicos realça a urgência de um plano de contingência bem estruturado para uma reação rápida perante as situações calamitosas.

8) Integração das redes de economia solidária

Tendo em conta a forma cíclica em que as pandemias tendem a ocorrer por via das alterações climáticas, estilos de vida e questões sanitárias e de higienização, o acolhimento e integração das práticas e redes formais e informais de economia solidária nos nossos sistemas económicos são fundamentais no apoio às transformações sociais resultantes.

9) Aposta na formação cívica

É nas escolas que devemos começar a contrariar o pensamento capitalista, através de ensinamentos de democracia participativa que não colocam a esfera social e as condições humanas como objetivos de competitividade a todo o custo. Preparar as crianças e jovens para um futuro solidário é essencial, em substituição de práticas assistencialistas para quem fica à margem da sociedade.

10) Responsabilidade social das organizações

Assente numa relação *win-win*, as empresas são feitas de pessoas e para pessoas. Se as empresas querem voltar a poder ter alguma estabilidade financeira é dever destas intervir nas carências socioeconómicas da população de forma a apoiar a recuperação económica e

devolver-lhes o poder de compra para, em contrapartida estas poderem investir nas empresas que suprimem as suas necessidades, ao mesmo tempo obtendo reconhecimento junto da comunidade.

A pandemia veio mostrar que as estruturas individualistas mergulhadas no capitalismo já não fazem sentido. Algumas organizações já possuíam sentido de responsabilidade social, boas práticas junto das comunidades onde se inserem mas depois desta experiência decerto vão permanecer valores enraizados que já mais se perderão. As próprias medidas adotadas em relação aos planos de contingência mostram uma realidade por vezes ignorada e que agora faz partes dos quadros institucionais: a preocupação com o bem-estar físico e mental dos colaboradores.

11) “O regresso ao futuro”

Ansiamos voltar à normalidade, mas o maior desafio não é voltar ao cenário em que vivíamos antes. Parecia tudo bem, quando na verdade as antigas desigualdades coexistiam com outras situações que afastavam os olhares noutras direções. O voltar à normalidade exige o desafio de recuperar a liberdade e segurança num contexto em que podemos colmatar as falhas pré-existentes e evidenciadas, através do trabalho solidário entre as diversas instituições e a comunidade, criando um equilíbrio no estado social.

No fundo este 11º desafio combina todos os 10 apresentados, numa perspetiva em que queremos recuperar à normalidade mas o mundo como o conhecíamos antes já mais o voltaremos a ver e quem ainda acredita que um dia poderemos voltar a sair à rua sem qualquer preocupação como antes é porque ainda não entendeu a nova realidade e o que ela exige de nós. Solidariedade, partilha, ajuda, repensar as ações, preocupação com o meio ambiente, mais responsabilidade social por parte das instituições são alguns dos esforços que esta nova transformação para o futuro exige de nós. A educação, a personalidade, experiência de vida e crenças são em parte uma influência para a aceitação deste panorama e mantém as pessoas mais alertas e participativas. Quem não é capaz de praticar o “desapego” do pensamento capitalista tendencialmente cria resistências a uma mudança que procura o equilíbrio social.

IV. Caso Prático - UMAR

Após a Revolução do 25 de Abril, surgiu a participação ativa de um grupo de mulheres que sentiram a necessidade de lutar pelos seus direitos no contexto do novo regime político, e nasceu a União e Mulheres Antifascistas e Revolucionárias, 1976. Um ano mais tarde obtiveram representatividade no Conselho Consultivo da CIDM, e em 1989, aquando o seu 4º Encontro Nacional, passou a designar-se Movimento para a Emancipação Social das Mulheres.

Hoje em dia assume-se como uma associação empenhada em despertar a consciência feminista na nossa sociedade com a atual designação UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta. Combinando várias gerações de mulheres, desde os anos 70 num intercâmbio de ideias e experiências são capazes de criar uma agenda feminista de novas e “velhas” causas, sem que se perca a memória histórica, mas permitindo avanços no quadro atual do feminismo.

As suas primeiras lutas reivindicavam o direito à creche para os filhos, igualdade salarial e de emprego, cursos de alfabetização e ainda o direito à habitação com fornecimento de água, luz e condições de acesso pela via.

Após o seu reconhecimento junto da CIDM manifestaram-se contra o tráfico de mulheres e sobretudo na imposição da legalização do aborto e o acesso a métodos contraceptivos. Várias mulheres juntaram-se ainda para denunciar o assédio sexual em contexto de trabalho.

Foi a partir de 1985 que mais se empenharam na participação colaborativa com outras ONG's de direitos das mulheres através da presença em seminários sobre a violência contra as mulheres, o direito comunitário e a igualdade de género, as situações de pobreza no género feminino e o assedio sexual no local de trabalho.

Já nos anos 90 a associação voltou-se para projetos que conduziam à afirmação profissional, social e política das mulheres, através de formação para mulheres desempregadas no conselho do seixal, gabinetes de apoio às mulheres na área do emprego no Porto, Ovar, Lisboa, Évora, Madeira e Açores, curso de dinamizadores socioculturais em Ponta Delgada, cursos de formação para mulheres e ainda uma maior intervenção junto das mulheres residentes em bairros sociais.

Os anos 2000 são marcados pela abertura de uma grande vertente da associação: a violência de género. Até 2007 abriram 3 casas de abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e do centro de atendimento na região de setúbal, linha SOS para vítimas de violência doméstica na região autónoma dos Açores, ações de formação na área, prevenção

junto das escolas sobre a violência de género em contexto escolar e familiar, participação ativa em seminários e colóquios e ainda a participação no projeto DAPHNE na área da prostituição e tráfico.

A associação UMAR detém neste momento 3 centros de atendimento, dois no Porto e um em Almada, tendo-se recorrido a este último para uma breve apreciação das reais dificuldades em contexto de pandemia e principais mudanças percebidas. Este centro de atendimento destina-se sobretudo ao apoio de mulheres vítimas de violência doméstica em situações económicas vulneráveis.

À primeira vista, o número de novas ocorrências durante os períodos de confinamento não aumentou quando comparadas com períodos homólogos do ano anterior. Situação inesperada já que se esperava um aumento de casos de violência doméstica em contexto familiar, estando as vítimas em contacto permanente com o agressor. Verificou-se sim um aumento do número de contactos de mulheres já sinalizadas, tendo em conta as dificuldades que estavam a atravessar nas relações familiares e as situações de carência económica. Esta constatação por parte do centro da UMAR em Almada não é uma novidade, já que os dados da APAV⁴⁶ revelam isso mesmo. A principal causa é a escassa possibilidade de as vítimas procurarem ajuda no exterior, confinadas estão mais expostas ao controlo do agressor sobre tudo o que fazem. Acontece que no momento em que se começa a sentir um desconfinamento, o número de ocorrências e novos pedidos de ajuda começaram a chegar ao centro da UMAR, confirmando assim a situação de confinamento como uma retratação dos pedidos de ajuda por parte das vítimas.

Na verdade, a análise da terceira parte deste trabalho nota o reforço das autarquias e instituições do terceiro setor em reforçar as linhas de apoio à vítima, os pontos negativos centram-se na impossibilidade das vítimas pedirem ajuda e na falta de recursos para uma resposta rápida e eficaz.

Relativamente às características das vítimas era frequente os pedidos de ajuda por parte de mulheres com filhos, ainda que de uma forma pouco determinante, pois vivem numa ambiguidade entre o que é melhor ou pior para os filhos. Contudo os pedidos de ajuda que chegaram à associação nos períodos de confinamento não eram de mulheres com estas características, mas sim mulheres sem filhos. A principal razão prende-se ao facto de estas terem uma maior oportunidade de se reorganizarem na vida social, não tendo dependentes a cargo. Os filhos são muitas vezes apontados como a motivo das incertezas e dificuldade em se soltarem da relação com o agressor. A própria gestão familiar revelou-se de uma

⁴⁶ De acordo com o RASI 2020.

exigência para as mulheres, de tal ordem que elas viviam imersas nas tarefas diárias e de apoio aos filhos e não se colocavam a elas próprias em primeiro lugar.

Todas as respostas sociais da UMAR partem de uma organizada e estruturada análise das características das mulheres. A chegada repentina e inesperada desta pandemia dificultou esta tarefa, não só pela necessidade de uma resposta cada vez mais rápida, que exclui uma correta avaliação, mas também pela falta de contacto. Num tempo anterior à pandemia os contactos com as vítimas também eram efetuados à distância, portanto este contexto não veio acrescentar nada de novo nesse sentido, contudo eles tinham também uma componente presencial que viu agora a sua ordem ser alterada. Anteriormente conhecia-se a pessoa de forma presencial, avaliava-se a sua situação socioeconómica e era convidada a expor as suas dificuldades e necessidades imediatas, passando posteriormente para um acompanhamento à distância também por uma questão de poupança na deslocação e para conciliar horários. Atualmente o primeiro contacto está a ser feito à distância, o que limita a perceção de todos os critérios relevantes para o apoio a ser prestado (criando uma sensação de insegurança por parte da associação nas respostas a prestar) e só em caso de ser detetada uma urgência é marcado um atendimento presencial. No entanto o atendimento presencial exclui o contacto físico e a própria máscara de proteção individual revela-se uma barreira na interação social. Estas são duas grandes dificuldades que as equipas da UMAR têm sentido uma vez que muitas das mulheres que chegam ao centro precisam de apoio psicológico e conforto de forma a se recompor e ser encontrada uma solução.⁴⁷

O fator tempo foi também apontado como uma barreira à detalhada análise, “obrigando” as equipadas a darem respostas que não se justificavam ou não eram as mais adequadas, muitas delas provenientes de improviso. Algumas mulheres foram colocadas em situações de casa abrigo quando havia a possibilidade de encontrar outras respostas mais direcionadas. Família e amigos são normalmente as primeiras soluções, contudo em contexto de pandemia as pessoas evitam receber terceiros nas suas casas. A falta de respostas foi agravada sobretudo pelo facto de alguns dos apoios que a UMAR recebia do ramo da hotelaria terem caído por terra. Através de parceria entre as duas entidades a UMAR beneficiava de quartos onde as vítimas podiam pernoitar até ser encontrada a resposta mais ajustada à sua situação. Sem este apoio, as casas abrigo ficaram lotadas de mulheres com necessidades diferentes.

⁴⁷ Esta foi precisamente uma das preocupações apontadas pelas instituições que responderam ao questionário. Novos hábitos sociais que comprometem a proximidade com a comunidade.

A maioria das respostas da associação resulta de uma valiosa parceria com outras entidades, sobretudo com o Instituto da Segura Social que procura avaliar a situação socioeconómica das mulheres e encontrar várias respostas para uma reinserção na sociedade.

A associação destaca ainda duas situações precisamente mencionadas pelas instituições que responderam ao inquérito da EAPN Portugal: o agravamento das carências económicas pelo despedimento, trabalho precário ou regimes de *lay-off* que colocou um conjunto de mulheres pertencentes a um determinado grau de vulnerabilidade e que passaram a usufruir de outras respostas que antes não eram necessárias; e o destaque da experiência de intervenção em situações de crise (carências e vulnerabilidades) como uma “jogada a seu favor”, não estando completamente desprevenida de respostas nesta circunstância de crise económica e social gerando pela pandemia.

A UMAR não parou de dar respostas sociais às mulheres que diariamente iam ao seu encontro solicitar ajuda, e a situação de confinamento das suas equipas ocorreu já mesmo em última hipótese, e logo que foi possível iniciar uma fase de desconfinamento foram das primeiras associações a regressar presencialmente. Um processo complicado que exigiu bastante das capacidades de cada uma. A equipa ressentiu-se pelo aumento de preocupações e de trabalho, havendo um cuidado na prevenção do *burnout* através da manutenção das rotinas de teletrabalho como se tratasse de regime presencial. Esta foi a estratégia da UMAR para aquela que foi apontada como uma das maiores preocupações das instituições sociais em tempo de pandemia.

Quando questionadas sobre as perspetivas de futuro, este revela-se incerto, mas é possível que se assista a um aumento do número de mulheres à procura de ajuda no âmbito da habitação, com efeito sobre as alterações que o mercado imobiliário está a sofrer e a fraca prestação de RSI.

Conclusão

Por forma a obter resposta às questões iniciais com vista aos conceitos de ES e economia solidária, identificou-se os seus momentos de origem e os princípios e projetos pelos quais ambas se regem e defendem.

Em suma a economia é de natureza plural (mercado, redistribuição e reciprocidade) e é errado reduzi-la a uma questão meramente comercial e monetária. A abordagem da ES procura reunir estes três princípios nas práticas económicas, contudo o seu processo histórico mostra como esta no final do século XX se aproximou de costumes ligados às empresas capitalistas que não são contemplados nos seus princípios e tornou-se dependente do Estado. A economia solidária emerge do descontentamento perante este cenário e procura solucionar as problemáticas contemporâneas, recuperando os princípios da pluralidade, enquanto desenvolve um papel de cooperação com Estado (e não subordinação) e recorre aos recursos da sociedade civil (mercantis: vendas de bens e serviços; não mercantis: subsídios governamentais e doações; não monetários: voluntários), envolvendo-os nas respostas sociais.

Recuperando as questões iniciais:

- De que forma os indivíduos e famílias estão a conseguir manter as suas rotinas e vida social com todas as restrições impostas?

Os resultados da investigação apresentam um cenário nada fácil de lidar. As restrições impostas pelo Estado e mudanças de rotinas têm implicações ao nível da saúde física e mental. Os portugueses tiveram de lidar com as tarefas domésticas, teletrabalho com excedente horário em muitos casos e os cuidados e apoio escolar dos filhos, complicando a gestão familiar.

Numa primeira fase o confinamento abriu uma oportunidade à vida social, quer no contexto familiar quer com amigos e família, ainda que há distância. Mas logo que a retoma das responsabilidades surge com o teletrabalho e o ensino à distância, a exigência das rotinas aumentou.

Para as famílias que têm a seu cargo pessoas idosos ou com dependência de terceiros, ou tem estes familiares institucionalizados, a situação agravou-se com os cuidados adicionais, tendo em conta a sua vulnerabilidade ao vírus, o encerramento das respostas sociais e a impossibilidade de frequentar as instituições.

Nos momentos em que as medidas e restrições vão sendo levantadas e assistimos a um processo de desconfinamento, algumas instituições do terceiro setor detetaram uma insegurança por parte dos utentes em relação a este regresso gradual às rotinas.

- Como é que os indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica vão continuar a receber ajuda com as instituições a fechar?

Se a situação se agravou no geral conferindo aspeto democrático ao vírus, as famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade socioeconómica foram colocados num patamar mais elevado no que respeita às desigualdades sociais.

As organizações do terceiro setor sentiram uma preocupação com os seus utentes que são beneficiários apoios sociais, e na falta de muitas respostas institucionais da ES e do Estado, surgiu a solidariedade filantrópica. A sociedade civil reuniu-se em torno daqueles que atravessavam maiores dificuldades, dando o seu contributo para uma melhor qualidade de vida. Estas respostas da economia solidária partiram de práticas da economia popular ou de vizinhança e também através de projetos estruturados entre voluntários, organizações privadas e outros.

Apesar do encerramento dos espaços físicos, muitas instituições puderam manter as suas respostas à distância.

- Da parte dos poderes centrais e das instituições como é que estas se vão organizar para dar uma resposta aos portugueses?

Numa primeira impressão podem ser apontadas várias falhas do ponto de vista dos poderes centrais. A tardia resposta para o recolhimento domiciliário, as falhas na legislação e medidas extraordinárias ou o colapsar do SNS ainda assim a gestão da situação pandémica em Portugal foi apontada como um modelo exemplar no estrangeiro.

Tal como referiram as organizações sociais, o contexto da pandemia levantou uma grande questão que deve ser repensada para um futuro melhor no que compete às respostas sociais: a articulação entre o Estado e o terceiro setor. Aproveitando as vantagens que as instituições sociais têm de conhecer pormenorizadamente as necessidades imediatas da população vulneráveis, o Estado deve ser promotor de uma maior comunicação na procura de soluções conjuntas.

A possibilidade do aumento da frequência de situações epidémicas ou pandémicas leva à urgência da construção de um plano de contingência eficaz e numa reestruturação dos

recursos humanos, materiais e técnicos que possibilitem uma resposta de larga escala promotora da igualdade, no futuro.

- Ficaram as práticas de economia social e solidária à margem, em prol da proteção individual?

É verdade que houve uma certa retração na comunidade, situação que foi visível através do caso prático da UMAR que se viu forçada a enviar mulheres para casas abrigo no lugar de serem recebidas em casa de familiares e amigos. A redução do número de voluntários considerados de primeiro grau de vulnerabilidade ao vírus, ou das próprias instituições que colocaram restrições à permanência de voluntários nos seus espaços por forma a evitar os contactos com os utentes, são outros exemplos de como os contributos e respostas diminuíram. Porém surgiram novas e criativas formas de solidariedade capazes de prestar apoio contornando estas situações. O carácter informal da solidariedade permite que esta não se esgote nas suas formas e dinâmicas.

Apesar da mentalidade individualista vigorante na nossa sociedade, visível por exemplo nas questões de açambarcamentos, a economia social e solidária conseguiu dispersar a afeção do egocentrismo. A ameaça que as pessoas sentiram na presença deste vírus despertou a sensibilidade às dificuldades do próximo e a capacidade de se colocar na pele do outro e principalmente a noção de colaboração para o bem-estar comum.

Fontes

- Garrido, Á. De onde vem a Economia Social. [Em linha]. Disponível em «<https://cnes.org.pt/congresso/AlvaroGarrido-De-onde-vem-a-Economia-Social.pdf>» [Consultado em 05/10/2021].
- CASES. (2011). A economia social: conceito proposto pelo OBESP. [Em linha]. Disponível em em «https://cases.pt/wpcontent/uploads/OBESP_Conceito_de_Economia_social_09_DEZ_2011.pdf» [Consultado em 07/10/2021].
- Hespanha, P. (2020). A vulnerabilidade das instituições sociais básicas e a resposta solidária de primeira linha. [Em linha]. Disponível em «https://www.redpes.pt/wp-content/uploads/2020/11/Pedro-Hespanha_Vulnerabilidade-e-resposta.pdf» [Consultado em 02/09/2021].
- Economia Solidária. Apresentação do conceito.* [Em linha]. Disponível em «https://base.socioeco.org/docs/revista_economia_solidaria1.pdf». [Consultado em 06/09/2021].
- Associação Mutualista Montepio. [Em linha]. Disponível em «<https://www.montepio.org/ei/economia-social/boas-praticas/o-que-e-a-conta-satelite-da-economia-social/>». [Consultado em 05/10/2021].
- Diário da República, 2013, *Lei N.º30/2013*, Assembleia da República, Lisboa.
- Comité Economico e Social Europeu. (2017). *Evolução recente da economia social na União Europeia*. Bruxelas, União Europeia.
- CASES. (2014). Textos de economia social. [Em linha]. Disponível em «https://cases.pt/wp-content/uploads/Textos_de_economia_social.pdf». Consultado em [19/10/2021].
- Gaiger, L. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, pp. 81-99.
- Feliciano, J. (2011). A Diversidade e os Desafios da Economia Social e Solidária, *Fluxos & Riscos*, Nº2, pp. 11-16.
- União da Mutualidades Portuguesas. [Em linha]. Disponível em «<https://mutualismo.pt/portal/index.php?page=lerContent&idnot=69&tema=Mutualismo#conteudo>». [Consultado em 03/11/2021].

- Câmara Municipal de Cascais. [Em linha]. Disponível em «<https://www.cascais.pt/anexo/covid-19-newsletters-presidente-cm-cascais>». [Consultado em 08/11/2021].
- Banco de Portugal. [Em linha]. Disponível em «<https://bpstat.bportugal.pt/conteudos/noticias/633>». [Consultado em 11/11/2021].
- Diário de Notícias. [Em linha]. Disponível em «<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/18-nov-2020/pandemia-esta-a-causar-mais-mortes-de-portugueses-em-casa--13038470.html>». [Consultado em 12/11/2021].
- National Geographic. [Em linha]. Disponível em «<https://www.natgeo.pt/historia/2020/01/os-loucos-anos-20-100-anos-depois>». [Consultado em 14/11/2021]
- Covidex. [Em linha]. Disponível em «<https://www.covindex.pt/?category=movimentos-sociais-e-recursos>». [Consultado em 15/11/2021].
- Jornal Público. [Em linha]. Disponível em «<https://www.publico.pt/2021/04/22/ciencia/noticia/covid19-clima-europa-viveu-ano-quente-2020-arctico-derrete-1959564>». [Consultado em 17/11/2021].
- Instituto Marquês de Valle Flôr. [Em linha]. Disponível em «https://www.youtube.com/watch?v=ioHKKVYc6zA&list=PLvn_PfWZwxUawOVDmC0FUk8d_sao9qLJE&index=2». [Consultado em 20/10/2021]
- EAPN Portugal. (2020). *O Combate à Pobreza em Contexto da Covid-19*. Porto, EAPN Portugal.
- Observatório das Desigualdades. [Em linha]. Disponível em «<https://www.observatorio-das-desigualdades.com/>». [Consultado em 12/10/2021].

Referências bibliográficas

- Laville, J.L. (2016). *A Economia Social e Solidária*. Coimbra, Edições Almedina, SA.
- Cattani, A. D. *et alii*. (2009). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra, Edições Almedina, SA.
- Caeiro, J. (2008). Economia social: conceitos, fundamentos e tipologia, *Katálysis Florianópolis*, 11 (1), pp. 61-72.
- Sá, I. e Lopes, M. (2008). *História Breve das Misericórdias Portuguesas*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Laville, Jean-Louis. (2003), *Globalização e solidariedade*, Economia solidária, Fundação Luís Eduardo Magalhães, volume 5, pp.13-18.
- Gaiger, L. I. (2009). Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. *Revista Crítica de ciências sociais*, 84 (março), pp. 81-99.

Anexos

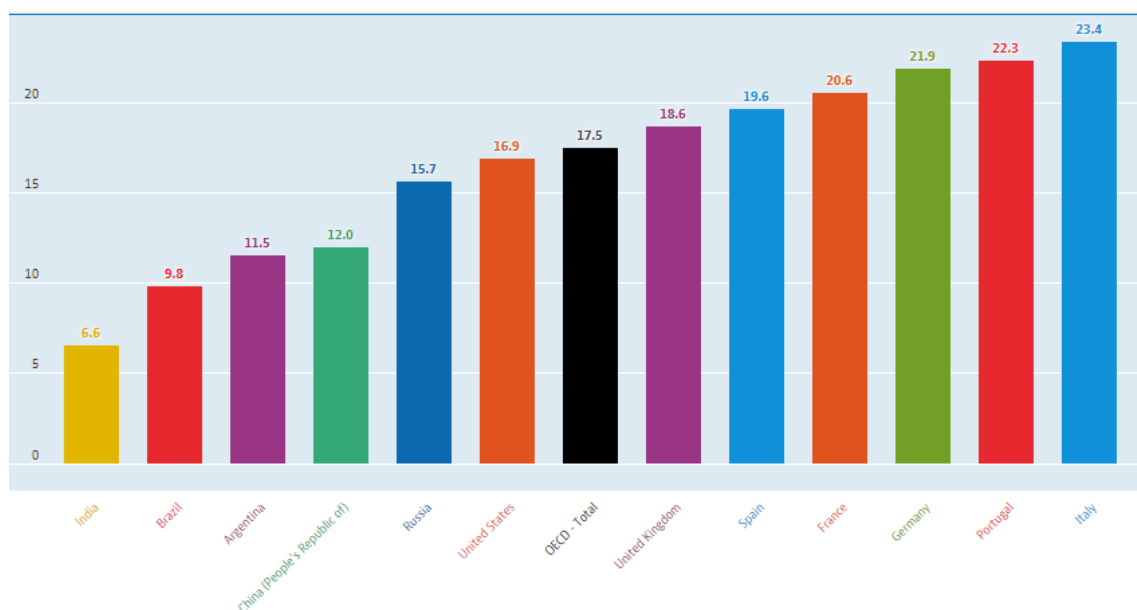


Ilustração 1 - Percentagem (%) de população envelhecida nos países mais afetados pelas mortes causadas pela pandemia (OCDE - 2021)

Localização ▾	▾ 2015	▾ 2017
Norway	96,47	94,91
Germany	90,99	92,87
Sweden	88,25	92,82
United Kingdom	89,90	91,67
Spain	75,87	78,39
Portugal	71,11	71,49

Ilustração 2 - Percentagem (%) de agregados familiares com acesso a equipamentos informáticos em casa (OCDE)

Territórios				
Com ligação à Internet em casa				
Anos	2010	2019	2020	2021
Portugal	53,7	80,9	84,5	87,3
Norte	51,3	77,9	81,8	85,0
Centro	49,4	76,7	80,4	83,6
Área Metropolitana de Lisboa	62,1	88,7	90,9	93,2
Alentejo	43,7	73,9	80,5	82,1
Algarve	55,5	80,3	85,7	89,2
Região Autónoma dos Açores	54,0	85,8	87,8	90,8
Região Autónoma da Madeira	54,0	86,1	88,0	90,5

Ilustração 3 - Percentagem (%) de agregados familiares com acesso à internet em casa (PORDATA)

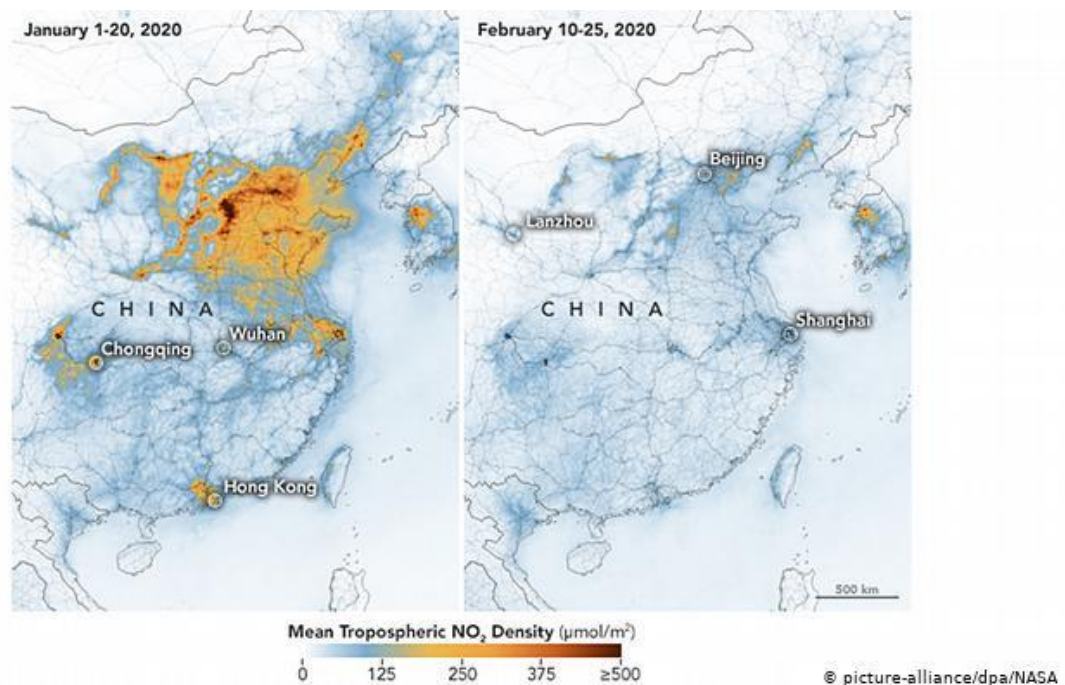


Ilustração 4 - Redução da mancha de poluição na China